



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão

Ana Isabel Gaspar Pacheco

**Fatores potenciadores para o
desenvolvimento do empreendedor: estudo
de caso**

Dissertação de Mestrado

Orientado por:

Doutor Jorge Manuel Marques Simões
Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Dissertação
apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar
para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre
em Gestão

DECLARAÇÃO

Nome: Ana Isabel Gaspar Pacheco

Endereço Eletrónico: ana.ipacheco@hotmail.com

Título da Dissertação de Mestrado:

Fatores potenciadores para o desenvolvimento do empreendedor: estudo de caso

Orientador:

Doutor Jorge Simões

Ano de Conclusão: 2019

Designação do Mestrado:

Gestão

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA DISSERTAÇÃO.

Instituto Politécnico de Tomar, 2019/04/30

Assinatura: _____

RESUMO

O empreendedorismo, em termos de investigação científica, e mais concretamente a criação de empresas, é referida, em termos de publicações científicas como um dos principais fatores, com relevantes contributos para o crescimento económico, para a criação de emprego, para o fomento da inovação, para a renovação da estrutura económica, e para a melhoria da competitividade global das empresas e dos países. Por conseguinte, as instituições de ensino superior têm promovido, em termos de formação, o empreendedorismo, pretendendo fomentar nos alunos competências e conhecimentos entendidos como necessários à criação de novas empresas, bem como, promover o seu espírito empreendedor.

Assim, o objetivo principal desta investigação será a identificação dos fatores potenciadores para a realização de atividades empreendedoras, bem como identificar as características gerais dos empreendedores. Para a recolha de informação foi efetuado um inquérito por questionário junto de potenciais empreendedores, pertencentes a uma Escola Superior, tendo sido recolhidas 258 respostas. Podemos desta forma concluir que, no que concerne à identificação das características gerais dos empreendedores (discrepâncias de género e de idade, bem como as características gerais dos diferentes empreendedores) bem como os fatores que fomentam as atividades empreendedoras (a forma como as instituições encaram o tema da criação de empresas, o que sabem e quais as atitudes e as práticas face ao mesmo), identificamos que a Escola para fomentar e despertar novos empreendedores, deve reforçar a sua aposta na cooperação e desenvolvimento, que englobam as diversas formas de cooperação com outras organizações e consultoria, sendo entendidas como a melhor forma, bem como a prestação de serviços que desenvolve para o exterior da Instituição.

Palavras-chave: Fatores Potenciadores, Empreendedorismo, Empreendedor.

ABSTRACT

Entrepreneurship, in terms of scientific research, and more specifically the creation of companies, is referred to, in terms of scientific publications as one of the main factors, with relevant contributions to economic growth, to job creation, to fostering innovation, for the renewal of the economic structure, and for improving the overall competitiveness of companies and countries. Therefore, higher education institutions have promoted entrepreneurship in terms of training, aiming to foster in students the skills and knowledge understood as necessary for the creation of new enterprises, as well as to promote their entrepreneurial spirit.

Thus, the main objective of this investigation will be the identification of the factors empowering to carry out entrepreneurial activities, as well as to identify the general characteristics of the entrepreneurs. To collect information, a questionnaire survey was carried out with potential entrepreneurs belonging to a Higher School, and 258 responses were collected. We can thus conclude that, as far as the identification of the general characteristics of the entrepreneurs (gender and age discrepancies, as well as the general characteristics of the different entrepreneurs) and the factors that foster entrepreneurial activities are concerned (how institutions face the we recognize that the School to foster, awaken, new entrepreneurs, must reinforce its commitment to cooperation and development, which encompasses the various forms of cooperation with other organizations and consulting, being understood as the best way, as well as the rendering of services that develops to the exterior of the Institution.

Keywords: Empowering Factors, Entrepreneurship, Entrepreneur.

AGRADECIMENTOS

O trabalho apresentado resulta de um projeto de investigação, o qual foi desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado em Gestão, do Instituto Politécnico de Tomar.

Após este tempo de entrega e de muitos sacrifícios pessoais, a minha primeira palavra de gratidão dirijo-a ao Instituto Politécnico de Tomar, na pessoa do Professor Doutor João Coroado, Presidente desta Instituição, bem como à Escola Superior de Gestão de Tomar, que me permitiram atingir um desejo pessoal.

Tão importante como a instituição, agradeço ao meu orientador, o Doutor Jorge Simões, por toda a disponibilidade e transferência de conhecimento, apoio e rigor que sempre demonstrou ao longo deste percurso. Orientou de forma exímia esta dissertação, pois todos que o conhecem sabem que esta é a sua única forma de trabalhar. Por essa mesma razão, reconheço-o como um profissional extraordinário. Um profissional que ao longo deste período que privei mais com ele, tive a certeza, que muitas vezes mete a sua dedicação à Instituição e aquilo que faz acima da sua vida pessoal e do tempo que deveria ter para ele e para os seus interesses pessoais, merecendo deste modo todo o reconhecimento da Instituição que representa.

Terminando, torno pública as palavras para as pessoas mais importantes da minha vida, a minha família. Pessoas muito especiais que, nos bons momentos e nos momentos menos bons, nos momentos em que fraquejei estiveram sempre ao meu lado, dando-me força e confiança para terminar a dissertação. As minhas palavras de apreço e gratidão são sobretudo dirigidas à minha filha Matilde e aos meus pais, Teresa e António, por todo o carinho, força, ajuda, paciência, compreensão, respeito, motivação que me transmitiram, para que o meu empenho demonstrado ao longo deste longo caminho de investigação, se mantivesse sempre até ao fim e sem os quais o término desta dissertação poderia prolongar-se ou até mesmo acabar por não ser exequível.

A Todos, o meu sincero Bem Haja!

Ana Isabel Gaspar Pacheco

Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, Maio de 2019

Índice

RESUMO	IV
ABSTRACT	V
AGRADECIMENTOS	VI
1. Introdução.....	1
1.1. Importância e justificação do tema	1
1.2 Objetivo da investigação.....	2
1.3 Estrutura da dissertação	2
2. Revisão de Literatura.....	4
2.1 Introdução	4
2.2 Empreendedorismo	4
2.3 Tipos de empreendedorismo	13
2.4 Fatores potenciadores para o empreendedorismo	20
2.5 Síntese.....	25
3. Caracterização do setor do Ensino Superior Politécnico em Portugal	27
3.1 Introdução	27
3.2 Evolução histórica.....	28
3.3 Caracterização.....	33
3.4 Instituto Politécnico de Tomar.....	39
3.4.1 Estrutura e composição da Instituição visada para a Investigação.....	41
3.5 Síntese.....	44

4. Questões de Investigação e Metodologia	45
4.1 Introdução	45
4.2 Questões de Investigação	45
4.3 Modelo de Análise	47
4.3.1 Esquematização do Modelo	47
4.3.2 Dimensões e variáveis do modelo	48
4.4 Metodologia de Investigação	49
4.5 População e amostra	50
4.6 Conceitos e objetivos da análise fatorial.....	56
4.7 Síntese	59
5. Análise e discussão dos resultados	61
5.1 Introdução	61
5.2 Análise descritiva dos dados	61
5.2.1 Descrição da amostra	61
5.2.2 Formas de Atividades Empreendedoras	66
5.2.3 Modalidades de Formação	69
5.3. Análise fatorial dos dados	72
5.3.1 Análise fatorial das melhores opções para fomentar atividades empreendedoras	72
5.4 Síntese	75

6. Conclusões, limitações e sugestões para futuras investigações.....	77
6.1 Principais conclusões	77
6.2 Limitações da investigação	79
6.3 Sugestões para futuras investigações	80
Bibliografia.....	81
ANEXOS	91

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo Concetual sobre o Potencial dos Empreendedores.....	23
Figura 2 – Fatores impulsionadores e limitadores da capacidade empreendedora.....	47
Figura 3 – Modelo Conceptual	48

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Definições de empreendedorismo	8
Tabela 2 - Características comportamentais do empreendedor	9
Tabela 3 - Tipologia do Empreendedor na perspetiva de Vésper (1980).....	10
Tabela 4 - Tipologia do Empreendedor na perspetiva de Fillion (1999).....	11
Tabela 5 - Empreendedorismo Cooperativo.....	15
Tabela 6 - Terminologia utilizada para definir o empreendedorismo empresarial.....	17
Tabela 7 - Empreendedores Contemporâneos	20
Tabela 8 - Fases pelas quais o sistema de ensino português passou desde a Antiguidade até à Implementação da República.....	28
Tabela 9 - Estrutura do ensino superior público – Universidades.....	33
Tabela 10 - Estrutura do ensino superior público – Politécnicos	34
Tabela 11 – Vagas por Subsistema de ensino politécnico, de 2011-2012 a 2017-2018.....	35
Tabela 12 – Inscritos por Subsistema de ensino politécnico, de 2011-2012 a 2017-2018..	35
Tabela 13 – Inscritos em estabelecimentos de ensino superior pela 1. ^a vez, por sexo (EP), de 2011-2012 a 2017-2018	36
Tabela 14 – Inscritos em estabelecimentos de ensino superior pela 1. ^a vez, por curso/ciclo de estudos, de 2011-2012 a 2017-2018	37
Tabela 15 – Vagas e inscritos pela 1. ^a vez em cursos de formação inicial no ensino superior, por subsistema de ensino	38
Tabela 16 - Número de vagas para a oferta formativa da Escola Superior de Gestão de Tomar, 2018-2019	43
Tabela 17 - Relação entre população e amostra	54
Tabela 18 - Representatividade da amostra: género	62
Tabela 19 - Representatividade da amostra: idade	62
Tabela 20 - Representatividade da amostra: familiar com negócio/empresa próprio	63
Tabela 21 - Representatividade da amostra: grau de formação académica que possui.....	63

Tabela 22 - Representatividade da amostra: qual a experiência anterior na criação de empresas	64
Tabela 23 - Representatividade da amostra: qual a experiência anterior no setor de atividade	64
Tabela 24 - Representatividade da amostra: desempenhou anteriormente funções de gestão	65
Tabela 25 - Representatividade da amostra: iniciativa empresarial	65
Tabela 26 - Representatividade da amostra: iniciou um novo negócio	66
Tabela 27 - Representatividade da amostra: setor de atividade.....	66
Tabela 28 - Fatores para fomentar atividades empreendedoras	67
Tabela 29 - Fatores para fomentar atividades empreendedoras	68
Tabela 30 - Fatores para fomentar atividades empreendedoras	69
Tabela 31 - A modalidade de formação mais atrativa para o futuro da escola, visando o desenvolvimento da ideia, o plano de negócios e a decisão final.....	70
Tabela 32 - A modalidade de formação mais atrativa para o futuro da escola,.....	70
Tabela 33 - O local da formação escolhida para realizar a formação específica.....	71
Tabela 34 - Interesse na formação de empreendedorismo	72
Tabela 35 – Fatores para fomentar atividades empreendedoras.....	73
Tabela 36 – Fatores para fomentar atividades empreendedoras. Análise fatorial das variáveis.....	73

1. Introdução

1.1. Importância e justificação do tema

O empreendedorismo, em termos de investigação científica, e mais concretamente a criação de empresas, é referida, em termos de publicações científicas como um dos principais fatores, com relevantes contributos para o crescimento económico, para a criação de emprego, para o fomento da inovação, para a renovação da estrutura económica, e para a melhoria da competitividade global das empresas e dos países. Inclusivamente, Timmons e Spinelli (2006), referem o empreendedorismo como um dos assuntos com maior ênfase nos últimos tempo, possuidor de uma extrema relevância para a solução para a atual, e constante, crise económica, dado que, segundo os mesmos investigadores, será associado a um aumento da taxa de empreendedorismo, que irá conduzir a um maior número de contrapartidas positivas, tais como o crescimento e o desenvolvimento económico do país, a geração de riqueza, a melhoria da qualidade de vida das populações, a diminuição da taxa de desemprego, entre outras contrapartidas. Por conseguinte, segundo Coutinho (2008), a criação de novas empresas será uma alternativa estratégica relevante no âmbito da recuperação e do crescimento económico.

Por conseguinte, o empreendedor será o indivíduo que irá criar inovações que lhe permitam a obtenção de lucros, assumindo os riscos inerentes às suas iniciativas. Os empreendedores, de acordo com Schumpeter (1934) promovem o desenvolvimento, criam novos produtos e exploram novos mercados, sendo que desta forma, o investigador, associou o empreendedorismo ao desenvolvimento económico e demonstrou como as ações inovadoras podem introduzir descontinuidades cíclicas na economia.

Assim, tendo em consideração que o empreendedorismo, segundo Kirby (2002), é uma competência de base suscetível de ser adquirida através de uma aprendizagem, cabe às instituições de ensino superior o desafio de responder à crescente procura de formação neste domínio de conhecimento. Assim, de acordo com Trigo (2003), o empreendedorismo deve ser entendido como um processo que pode ser gerido e aprendido, e neste seguimento é relevante procurar identificar as características gerais que caracterizam os empreendedores e de que forma as instituições de ensino privilegiam os fatores fomentadores para as atividades empreendedoras. Resumidamente, é relevante investigar

de que forma as instituições do ensino superior estimulam e incutem o espírito empreendedor nos seus alunos.

1.2 Objetivo da investigação

O objetivo principal desta investigação consiste em identificar os fatores potenciadores de atividades empreendedoras, com base na unidade curricular de empreendedorismo ministrada numa instituição de ensino superior e o posterior surgimento de um empreendedor.

Tendo em consideração a missão/função, extremamente relevante para o país, desempenhada pelas instituições de ensino superior, será alvo de interesse investigar o seu papel no desenvolvimento de empreendedores, relacionando essa atividade empreendedora com os fatores fomentadores da mesma. Por conseguinte, esta investigação tem como objetivos:

1. Identificar as características e fatores que definem um perfil empreendedor;
2. Compreender de que forma as experiências ao nível do ensino, ao nível familiar ou da convivência social podem influenciar o aluno a ser um empreendedor;
3. Demonstrar quais os aspetos de organização curricular e que nível de ensino pode estimular atividades empreendedoras;
4. Identificar o que os alunos acham ser relevante para a criação do seu próprio negócio.

1.3 Estrutura da dissertação

Esta dissertação encontra-se repartida em seis capítulos, sendo no capítulo 1 descrita a importância e a justificação do tema, bem como os objetivos do estudo ao qual se pretende ter uma resposta.

Nos capítulos 2 e 3 efetua-se a revisão da literatura sobre os temas do empreendedorismo (enquadramento do empreendedorismo e do empreendedor, em termos da sua origem e evolução, os seus vários tipos e os fatores potenciadores para o surgimento de empreendedores) e da caracterização do setor do Ensino Superior Politécnico (origem e

evolução do mesmo, sendo efetuada uma análise à população alvo da investigação, analisando a estrutura e composição dessa mesma instituição).

No capítulo 4, efetua-se uma abordagem às hipóteses da investigação e ao modelo de análise, bem como à metodologia utilizada para adquirir os resultados obtidos e tratar os mesmos, a sua forma de interpretação. No capítulo 5 efetuamos uma análise dos resultados obtidos, por via do inquérito por questionário, utilizando uma estatística descritiva e uma análise fatorial para recolher dados para suportar as conclusões do nosso trabalho de investigação.

Por último, no capítulo 6, são apresentadas as principais conclusões do estudo, limitações e futuras sugestões para investigação.

2. Revisão de Literatura

2.1 Introdução

Este capítulo pretende apresentar o estado da arte, sobre a temática do empreendedorismo, visando contribuir para uma visão histórica do conceito e do próprio empreendedor. Assim, efetuou-se uma resenha histórica das várias definições de empreendedorismo, apresentadas ao longo dos tempos, visando analisar a evolução do conceito e efetuar uma conceptualização do mesmo, bem como os diversos tipos de empreendedorismo. A revisão de literatura, sobre o conceito e a evolução do empreendedorismo, surge com o objetivo de identificar os fatores potenciais para o Empreendedorismo.

Será relevante realçar que a origem da palavra, conceito, de empreendedorismo surge diversas vezes ao longo dos tempos, dado que desde o início da vida humana que existe atitudes empreendedoras. Porém, como conceito académico e sendo a base da nossa investigação, encontra-se numa base oposta, dado que em termos de tema de investigação os estudos que existem são muito recentes (Cruz, 2005). Inclusivamente, Fatturi (2013) destaca que ao retroceder à época primitiva e analisando o desenvolvimento, compreende-se que foram as atitudes empreendedoras das tribos que levaram ao desenvolvimento da civilização.

Assim, numa tentativa de resposta, neste capítulo, abordar-se-ão os seguintes assuntos: o conceito de empreendedorismo e o de empreendedor, na secção 2.2; na secção 2.3 os tipos de empreendedorismo; focalizando na secção 2.4 os fatores potenciadores para o empreendedorismo. O capítulo terminará, na secção 2.5, com uma síntese.

2.2 Empreendedorismo

Surgiu, por volta do século XV, a palavra *emprender*, *imprehendere*, com origem no latim, e representava uma empresa laboriosa e difícil, de acordo com Schmidt e Bohnenberger (2008). Porém, a palavra *entrepreneur* também resulta do verbo francês, *entreprendre*, que representa o assumir, desafiar, tentar, segundo Solomon e Winslow (1988).

Em termos científicos, segundo Landström (1999), a definição e o conceito de empreendedor surgiram, pela primeira vez, em 1437 num dicionário francês. No século XVIII, Richard Cantillon, de acordo com Hisrich (1986: 73), considerou o termo de empreendedorismo como “...*self-employment of any sort. Entrepreneurs buy at certain prices in the present and sell at uncertain prices in the future. The entrepreneur is a bearer of uncertainty*”. Inclusivamente, Cantillon realçou a função do empreendedor e não a sua personalidade, destacando a sua função económica acima do estado social da pessoa, com o intuito de considerar uma pessoa que assumia riscos, sendo ela o ponto de diferenciação e que leva ao atual conceito.

Neste seguimento, no século XX, a ciência modelou e influenciou o estado de evolução do empreendedorismo. Assim, o conceito de empreendedorismo assumiu um significado mais específico e científico, sendo que, segundo Roberts (1991), os primeiros autores a abordarem o conceito e a problemática do empreendedorismo, possuíam uma formação académica que variava entre a Economia e a Psicologia. Dos mais relevantes economistas, surgiu Schumpeter, tendo publicado, em 1911, o livro “Teoria do Desenvolvimento Económico”. Para este autor, Schumpeter, o empreendedor será aquele que cria inovações visando obter lucros e assumindo os riscos inerentes (Schumpeter, 1934). Assim, Schumpeter efetuou a ligação do empreendedorismo ao desenvolvimento económico e demonstrou como as acções inovadoras podem introduzir discontinuidades cíclicas na economia. Para o autor, segundo Drucker (1985), a função essencial do empreendedor na economia assentava em três vértices: a inovação, o assumir riscos e a permanente exposição da economia ao estado de desequilíbrio.

Segundo Custódio (2011) e Guerra (2014), o conceito de empreendedorismo, a sua evolução, pode ser efetuada numa escala temporal, abordando os seguintes intervalos:

- **Grécia Antiga:** em que o filósofo grego *Xenophon*, entre 430 a.C. e 355 a.C., descreveu as atividades dos indivíduos livres e a características relacionadas ao empreendedorismo;
- **Roma Antiga:** cerca de 50 a.C., e em resultado do desenvolvimento dos sistemas de controlo social, regulações e instituições, emergiram os novos caminhos para a atividade empresarial com a introdução de impostos na fonte de rendimento e da alimentação base, a agricultura;

- **Século XIII:** em que Marco Polo desempenhou um papel fulcral, a nível histórico, como empreendedor, através da assinatura de um contrato com um capitalista que investia e corria riscos pacificamente enquanto Marco Polo era quem iria correr os verdadeiros riscos, tanto físicos como emocionais ao tentar estabelecer as rotas comerciais para o Extremo Oriente;
- **Idade Média:** em que neste período era considerado como empreendedor, aquele que possuía grande poder ao ser um participante ativo mas também um administrador de grandes projetos. Realce-se que não são considerados como empreendedores, pessoas que corressem riscos, pois estavam relacionados com o governo. Os clérigos são o melhor exemplo de empreendedores desta época, onde os maiores eram os que estavam encarregados das obras arquitetónicas;
- **Século XVI:** considerado como o século dos descobrimentos, onde os europeus ambicionavam o mundo por meio das grandes explorações marítimas. Os povos com maior destaque neste período temporal foram os holandeses, os ingleses, os portugueses e os espanhóis que se expandiram, com as suas naus e caravelas. Dá-se ênfase à inteligência e à eficácia do trabalho humano aquando do aparecimento do mercantilismo, com o objetivo de dar vazão ao acúmulo da produção de mercadorias e alimentos. Assim, considera-se esta fase de grande importância para o empreendedorismo pela inteligência e pela eficácia do trabalho humano;
- **Século XVII:** neste século, Richard Cantillon incrementou uma das primeiras teorias do empreendedorismo, levando a que seja estudado e considerado por alguns como o criador do conceito. Neste período temporal, o empreendedor era aquele que fazia um acordo contratual com o Governo, visando fornecer determinados serviços ou produtos, onde o lucro ou o prejuízo era um risco assumido pelo próprio empreendedor. É possível afirmar que nesta época o empreendedor era um indivíduo que corria riscos, tendo como exemplo os comerciantes, os fazendeiros ou artesãos que compravam produtos a um determinado preço certo e que posteriormente vendiam a um preço incerto;
- **Século XVIII:** nesta época começou a considerar-se um empreendedor como alguém que não tinha de ser detentor do capital base dos seus negócios, isto é,

passou a ser distinto dos fornecedores de capital e considerou-se esta característica com uma das principais razões para a industrialização;

- **Século XIX:** no início do século o economista francês Jean-Baptiste Say referiu pela primeira vez o termo empreendedor, em termos científicos, para designar uma pessoa que transferia recursos económicos de um setor de produtividade mais baixo para um setor de produtividade mais elevado e com maior rendimento;

- **Século XX:** neste século surgiram várias alterações ao conceito de empreendedorismo. Diversos investigadores consideram que, com base, nas diversas obras do economista Joseph Schumpeter passou-se a descrever o empreendedor como sendo um agente de mudanças, identificando o termo de “destruição criadora” do capitalismo e diferenciando o conceito de empresário e de empreendedor. A “destruição criativa” foi um termo registado no livro *Capitalism, Socialism and Democracy*, em que o mesmo altera a visão em como o mercado de livre concorrência substitui determinados produtos e processos por outros de melhor qualidade e promove os métodos produtivos mais eficientes, anulando as formas antigas no decurso da mudança.

Por conseguinte, Custódio (2011), Cruz (2005) e Guerra (2014), consideram as diferentes conotações do conceito de empreendedorismo, realçando, porém, a conceção do empreendedor como ser um social que fugia dos padrões delimitadores, até se tornar no indivíduo que está no centro do atual desenvolvimento económico e social da humanidade. Assim, os autores anteriormente mencionados consideram que a sociedade, nos dias de hoje, não poderia existir sem um empreendedor.

Deste modo, apresentamos abaixo, a Tabela 1, com as diferentes definições de empreendedorismo, segundo um conjunto de investigadores.

Tabela 1 - Definições de empreendedorismo

Autores	Definições de Empreendedorismo
Low e MacMillan (1988)	Fundação de novas empresas.
Gartner (1990)	O Empreendedorismo engloba oito pilares: 1. O Empreendedor; 2. A inovação; 3. Criação de uma organização; 4. Criar valor; 5. Organizações com ou sem fins lucrativos; 6. Crescimento; 7. Único; 8. O dono é o administrador da nova empresa.
Stewart (1991)	Assente em perspetivas antropológicas, económicas e estratégicas, o empreendedorismo pode ser definido como resultado da criação, tendo por base a inovação.
Davidsson (1991)	Empreendedorismo é progressivo e pode exteriorizar-se de diferentes formas: <i>Start Up</i> , crescimento, inovação, entre outras.
Krueger e Brazeal (1994)	Empreendedorismo é a pesquisa de oportunidades independente dos recursos disponíveis. Empreendedor é a pessoa que procura as oportunidades.
Shane e Venkataraman (2000)	O empreendedorismo está diretamente ligado à identificação e à pesquisa de oportunidades económicas.
Davidson, Low e Wright (2001)	Empreendedorismo é considerado como aparecimento de uma nova atividade económica, o que compreende imitação e inovação. Tende a formar-se um consenso de que empreendedorismo é sobre nascimento de uma nova atividade.
Henderson (2002)	O empreendedorismo é descobrir e potenciar oportunidades para criar valor através da inovação.
Hisrich e Peters (2004)	Processo para criar algo novo, com valor, com dedicação de tempo e de esforço necessários, alocando os riscos financeiros, psíquicos e sociais, mas auferindo as gratificações da satisfação, independência económica e social.
Comissão Europeia (2005)	O empreendedorismo refere-se a uma capacidade pessoal para colocar as ideias em prática. Requer criatividade, inovação e principalmente o assumir dos riscos, bem como a capacidade para projetar e gerir negócios com o objetivo a atingir determinados propósitos.
Trigo (2008)	Empreendedorismo é o resultado do esforço e dedicação gasto na criação de algo com valor, potenciado pelo reconhecimento de oportunidades de negócio, da gestão do risco harmonizado à capitalização dessas oportunidades e da organização dos recursos humanos, financeiros e materiais fundamentais à sua realização.

Fonte: adaptado de Ribeiro (2013)

Com o conceito de empreendedorismo, surgiu o conceito de empreendedor, em que, segundo Cruz (2005), será aquele que pratica a inovação sistematicamente. Assim, o autor menciona, também, que o estudo sobre o empreendedor pode ser suportado em diversas áreas do conhecimento, entre as quais se destaca a engenharia, a economia, a psicologia, a sociologia ou a pedagogia. Por conseguinte, Pinto (2013) considera, no seu trabalho de investigação, que um indivíduo é empreendedor quando desenvolve uma nova oferta e aniquila com a ordem económica existente através da inovação, da perceção e do aproveitamento de oportunidades no âmbito dos negócios, isto é, suprime o que já existe e cria algo novo com significado vendável. O mesmo investigador, Pinto (2013), realça, ainda, as características comportamentais, distintas, que levam o empreendedor a procurar atividades desafiantes e novos conhecimentos onde se prima pela experiência para fazer cada vez mais e melhor. Assim, segundo a Tabela 2, destacamos as características comportamentais do empreendedor, segundo um conjunto de investigadores.

Tabela 2 - Características comportamentais do empreendedor

Data	Autor	Características comportamentais do empreendedor
1848	Mill	Tolerância ao risco.
1917	Weber	Proveniência da autoridade formal.
1934	Schumpeter	Inovação e iniciativa.
1954	Sutton	Procura da responsabilidade.
1959	Hartman	Pesquisa da autoridade formal.
1961	McClelland	Pessoa que corre riscos e com uma grande necessidade de realização.
1963	Dauids	Destaca-se a ambição e o desejo de independência, num ambiente de responsabilidade e auto confiança.
1964	Pickle	Relacionamento humano, aptidão de comunicação e com conhecimento técnico.
1971	Palmer	Avaliador de riscos.
1971	Hornaday e Aboud	A grande necessidade de realização, de autonomia, poder, reconhecimento, inovação e de independência.
1973	Winter	Procura de poder.
1974	Borland	Controlo interno.
1974	Liles	Necessidade de realização.

Data	Autor	Características comportamentais do empreendedor
1977	Gasse	Pilar base os valores pessoais.
1978	Timmons	Auto confiança, orientado por metas, corre riscos moderados, encontra-se no centro de controlo, criatividade e inovação.
1980	Sexton	Energético, ambicioso, revés positivo
1981	Welsh e White	Procura o controlo das suas ações, age de forma responsável, mas com auto confiança e só corre de riscos comedidos.
1982	Dunkelberg e Cooper	Guiado pelo crescimento, profissionalização e pela independência.

Fonte: adaptado de Pinto (2013)

Será de realçar que, de acordo com Vésper (1980), existiam apenas dez categorias de tipos de empreendedores (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Tipologia do Empreendedor na perspectiva de Vésper (1980)

Tipo de Empreendedor	Características Comportamentais
Autónomo	Executam os seus serviços pessoalmente, baseando-se em habilidades técnicas.
Formador de Equipas	Contratam outras pessoas e incumbem tarefas, formando equipas, percebendo uma possível vantagem na expansão do negócio.
Inovador Independente	Criadores de novos produtos, que criariam empresas para desenvolvê-las.
Multiplicador de Padrão	Reconhecem um negócio, passível de ser multiplicado com o objetivo de obter lucro.
Explorador de Economias de Escala	Criam os seus negócios baseados em baixos preços obtidos devido à economia de escala, localizando-se em áreas mais baratas e/ou com menos impostos.
Agregador de Capital	Captam recursos de diversas fontes
Especialista de Compra e Venda	Compram empresas em dificuldades, recuperam-nas e depois vendem por um preço maior.
Formador de Conglomerados	Trabalham para obter controlo de uma empresa para, a partir desta, adquirir o controlo de outras empresas
Especulador	Dedicam-se a compra e venda de <i>commodities</i> , como a área imobiliária
Manipulador de Valor Aparente	Adquirem bens ou empresas baratas, melhorando-as para vender por preços mais elevado.

Fonte: adaptado de Vésper (1980) e Minello e Scherer (2012)

Por outro lado, segundo Filion (1999), ver Tabela 4, existiam, apenas, seis tipos de empreendedores, menos cinco tipos do que os apresentados por Vésper (1980).

Tabela 4 - Tipologia do Empreendedor na perspetiva de Filion (1999)

Tipo de Empreendedor	Características Comportamentais
Lenhador	Caracteriza-se por gostar de fazer as coisas, sente-se como se estivesse perdendo tempo quando têm de falar com as pessoas, enquanto o dono do negócio prefere as pessoas que trabalham durante muitas horas, sendo que a cultura organizacional do seu empreendimento está voltada para a produção.
Sedutor	Entrega-se de maneira completa e emocional aos negócios, mas o seu entusiasmo nunca dura muito. Cria negócios e vende-os. Gosta que as coisas aconteçam rapidamente. Procura como ter lucros com o menor esforço possível.
Jogador	Entende o desporto e o lazer como elemento vital na sua vida. Considera a empresa um suporte financeiro, um meio de ganhar o suficiente para fazer o que realmente quer. Opta por campos de atuação sazonais. Não está comprometido emocionalmente com o negócio.
Hobbysta	Dedica toda a sua energia e o tempo livre aos negócios. Frequentemente possui outro emprego, mas só o mantém como um apoio financeiro para seu negócio. O negócio é seu <i>hobby</i> . É nele que vê a possibilidade de autorrealização, assim investe todos os recursos para desenvolvê-lo.
Convertido	Procura alguma coisa com que se realize, quando encontra o que procura, a sua vida gira em torno dessa descoberta. Prefere ver-se como uma pessoa particularmente superior, ao invés de ver os resultados. Gosta de estar no controle, por isso têm dificuldades de incumbir tarefas até que a outra pessoa prove merecer confiança.
Missionário	Conhece muito bem o produto e o mercado. Leva em consideração a evolução e a aprendizagem dos indivíduos. Compreende o negócio como um sistema social, acredita que os resultados dependem do trabalho em equipa. Participa em atividades, onde possam ouvir, discutir e trocar experiências.

Fonte: adaptado de Filion (1999) e Minello e Scherer (2012)

Assim, de acordo com Drucker (1985), os empreendedores serão os indivíduos que aproveitam a oportunidade para criar a mudança com algo inovador. Esta definição corrobora a de Márcen, Aranaz e Velásquez (1999), em que estes autores consideram que

os empreendedores se destacam pelo facto de aproveitarem as oportunidades que ninguém tinha aproveitado antes, sendo assim alvo de destaque.

Segundo Silva, Henriques e Carvalho (2009), os empreendedores devem possuir a capacidade para pensar de forma crítica, independentemente e cooperativamente. É desejável que tenham curiosidade e desejo de aprender para a vida e devem também ter um profundo conhecimento sobre a importância do trabalho em equipa. Ainda, de acordo com Roncon (2009), o mesmo considera que um empreendedor é um indivíduo capaz de definir as suas metas e consegue cumpri-las, através de persistência, inovação e empenho nas mesmas.

Por outro lado, Silva, Henriques e Carvalho (2009) referem que os empreendedores devem possuir a capacidade para pensar criticamente, independentemente e cooperativamente, sendo desejável que tenham curiosidade e desejo de aprender para a vida e devem também ter um profundo conhecimento sobre a importância do trabalho em equipa. Sousa (2009) salienta, ainda, que nem todos os que se tornam empreendedores possuem tais características, podendo ter ingressado em novos negócios e iniciado uma empresa por outras razões alheias à sua vontade e ao tipo de comportamento.

Assim, considerando que o empreendedorismo é uma competência de base suscetível de ser adquirida através de uma aprendizagem, às universidades coloca-se o desafio de dar resposta à crescente procura de formação nesta área. Neste sentido, o empreendedorismo deve ser visto como um processo que pode ser gerido e aprendido (Morris, Kuratko e Schindehutte, 2001, Trigo, 2003). Este processo visa a criação de novas empresas ou o desenvolvimento de novas oportunidades empresariais no seio de empresas já existentes, sendo considerado como um fator de desenvolvimento e de competitividade das economias nacionais (Ussman, 1998 e Vyakarnam, 2005). Por conseguinte, para Trigo (2003), o empreendedorismo considera duas vertentes: por um lado uma atitude, relacionada com a deteção de novas oportunidades, e por outro lado, um comportamento, na medida em que o empreendedor realiza um conjunto de ações para transformar essa oportunidade numa atividade empresarial.

Terminando, segundo Baron e Shane (2008), o empreendedorismo deve ser considerado como um processo e não como um evento isolado, identificando as seguintes

fases: reconhecer oportunidades (potencial para criar algo novo), decidir avançar e reunir os recursos necessários, prosseguir com o empreendimento, gerir e desenvolver o empreendimento tornando-o num negócio rentável, colher as recompensas do investimento realizado e, eventualmente ponderar estratégias de saída, transferindo o empreendimento para outras pessoas. Estes autores, Baron e Shane (2008), referem ainda que o processo de empreender ocorre porque um conjunto de indivíduos toma uma decisão e age sobre ela.

2.3 Tipos de empreendedorismo

Os investigadores, Zen e Fracasso (2008) efetuaram uma reflexão muito relevante sobre o conceito de empreendedor, elaborando o mesmo com base em três paradigmas tecnológicos: revolução industrial, fordismo e tecnologia da informação, considerando este como um conceito multifacetado e dinâmico.

Para os investigadores, no paradigma industrial, o empreendedor está afeto à atividade empresarial, relacionado com o risco. Será neste paradigma que surge o empreendedor individual, dado que com o apoio financeiro de um capitalista, inicia um negócio, sozinho, sendo que a sua motivação será a obtenção do lucro.

No paradigma fordista, assiste-se ao surgimento de grandes fábricas e organizações, surgindo um outro conceito, considerado ainda hoje como novo, o intra-empreendedorismo. Esta nova abordagem do empreendedorismo foi considerada por muitos investigadores como revolucionária, dado que possui como objetivo principal não a criação de uma nova empresa, mas sim a criação de empreendedores dentro de uma empresa já existente (Dantas, 2008). Inclusivamente, para Sarkar (2007), o intra-empreendedorismo baseia-se em empreendedores que laboram, com sucesso, no seio de uma organização já existente, desenvolvendo estratégias inovadoras.

Por último, no paradigma das tecnologias de informação, surgem dois novos conceitos do empreendedorismo, alvo de muitas investigações nos dias de hoje, sendo o empreendedorismo social e o empreendedorismo coletivo (Dees, 2001; Light, 2006 e Schimdt e Dreher, 2008). Realce-se que, segundo Dees (2001), o mesmo considera que o empreendedorismo social sempre existiu, só ainda não era dado um nome oficial ao fenómeno. De acordo com Sarkar (2007), o empreendedorismo social, está relacionado

com os impactos mais alargados que o empreendedorismo pode ter na sociedade, dado que os empreendedores sociais são indivíduos que têm soluções inovadoras para os vários problemas sociais, apresentando alterações de larga escala, realçando que Drucker (1985) refere este mesmo fenómeno como o que ocorre nas instituições sem fins lucrativos. Podemos, desta forma, e segundo Sarkar (2007), distinguir os empreendedores nos negócios, que transformam a economia criando novos serviços, e os empreendedores sociais, que, embora muitas vezes partilhando das mesmas qualidades/características que os anteriores, realizam atividades que geram mudanças sociais.

Será de realçar que, segundo Baggio e Baggio (2014), os investigadores ainda não atingiram a unanimidade no que concerne aos tipos de empreendedores, mas podemos destacar a classificação dos seguintes autores:

- Segundo Leite e Oliveira (2007) existem dois tipos de empreendedorismo: o empreendedorismo por necessidade (criam-se negócios por não haver outra alternativa) e o Empreendedorismo por Oportunidade (descoberta de uma oportunidade de negócio lucrativa);
- Segundo Pessoa (2005) existem três principais tipos de empreendedores: o empreendedor corporativo (intra-empendedor ou empendedor interno); o empendedor *Start Up* (que cria novos negócios/empresas) e o empendedor social (que cria empreendimentos com missão social), sendo indivíduos que se destacam onde quer que trabalhem.

Neste seguimento, de acordo com esta investigação, será relevante analisar a perspetiva do empendedor empresarial e do empendedor *Start Up*, sendo também incluído o empendedor social (Baggio e Baggio, 2014). Assim, destacamos os 3 tipos:

- Empreendedorismo corporativo ou empresarial: em que o mesmo considera o processo de identificação, o de desenvolvimento e o de implementação de novas oportunidades de negócios numa empresa já existente;
- Empreendedorismo *Start Up*: em que o empendedor visa criar um novo negócio. Este empendedor analisa o meio envolvente e procura uma área para uma oportunidade de negócio. Tem como objetivos criar algo novo e

com valor num mercado já existente e com competitividade, pelo que o seu objetivo é implementar-se e vencer a concorrência, de forma a conquistar os clientes alvo, visando obter lucros, e obter um nível de produtividade adequado à manutenção do empreendimento;

- Empreendedorismo social: incide, particularmente, no reinventar das relações entre a comunidade, o Governo e o setor privado, tendo como pilar central um modelo de parcerias. Este mesmo tipo de empreendedorismo possui como objetivo fulcral a promoção da qualidade de vida social, cultural, económica e ambiental tendo a sustentabilidade como base de desenvolvimento.

De acordo com Morais (2013) e com Sarkar (2007) o intra-empreendedorismo refere-se aos empreendedores que operam com sucesso no interior de uma organização já existente, desenvolvendo um conjunto de estratégias inovadoras. Segundo estes autores, esta forma de empreendedorismo considera-se como essencial para a sobrevivência de uma empresa, sendo considerado o intra-empreendedor como um individuo dentro de uma grande empresa que tem a responsabilidade direta em tornar uma ideia num produto final lucrativo apos a inovação.

Vários investigadores definem o empreendedorismo empresarial nas suas publicações, sendo que Guerra (2014) inseriu no seu trabalho de investigação alguns autores de maior relevância, ver tabela abaixo.

Tabela 5 - Empreendedorismo Cooperativo

Investigadores	Definições
Burgelman (1983)	Empreendedorismo empresarial refere-se ao processo pelo qual as empresas se envolvem na diversificação através de desenvolvimentos internos. Esta diversificação requer combinações de novos recursos para ampliar a ação da empresa a outras áreas, ou mesmo às suas atuais áreas, de atuação, correspondendo ao conjunto de oportunidades que a empresa a procurar.
Vesper (1984)	Empreendedorismo corporativo envolve o emprego da iniciativa dos níveis mais inferiores da organização para se desenvolver algo novo. Uma inovação que é criada por subordinados sem que tenha sido requisitada, ou seja, inesperada, mesmo que dada a permissão pela

Investigadores	Definições
	alta gerência para fazê-la.
Spann, Adams & Wortman (1988)	Empreendedorismo corporativo é o estabelecimento de uma organização separada para a introdução de um novo produto ou serviço, ou criando um novo mercado ou, ainda, utilizando uma nova tecnologia.
Jennigs & Lumpkin (1989)	Empreendedorismo corporativo é definido como o aumento do desenvolvimento de novos produtos e/ou novos mercados. Uma organização é empreendedora se ela desenvolve um número maior que a média de novos produtos ou mercados.
Guth & Ginsberg (1990)	Empreendedorismo corporativo envolve dois tipos de fenómenos e de processos que os cercam: - O nascimento de novos negócios dentro de organizações existentes, isto é, inovações internas; A transformação das organizações através de renovação das áreas-chave sobre as quais a empresa é sustentada, ou seja, renovação estratégica.
Schendel (1990)	Empreendedorismo corporativo abrange a noção de nascimento de um novo negócio dentro de um negócio em atividade e, ainda, a modificação de um negócio estagnado, que necessita ser reformulado e renascer.
Covin & Slevin (1991)	Empreendedorismo empresarial envolve a extensão do domínio de competência da empresa e harmoniza-se com um conjunto de oportunidades através da combinação de novos recursos gerados interiormente na organização.
Zahra (1993)	Empreendedorismo corporativo é um processo de renovação organizacional de duas diferentes, mas relacionadas dimensões: inovação e novos negócios, e renovação tática.
Zahra (1995, 1996)	Empreendedorismo empresarial é a soma da inovação, renovação e esforços relacionados a novos negócios de uma empresa. Inovação envolve a criação de novos produtos, processos e sistemas organizacionais. Renovação pressupõe a revitalização das operações da empresa através da mudança do escopo do seu negócio, das suas abordagens competitivas ou ambas, significa ainda a construção ou aquisição de novas competências e, então, criativamente, usá-las para criar valor aos acionistas. Novos negócios significam que a empresa desenvolverá novas atividades através da expansão das suas operações em mercados existentes ou novos mercados.
Chung & Gibbons (1997)	Empreendedorismo corporativo é um processo de organização que visa à transformação de ideias individuais em ações coletivas através do gerenciamento das incertezas.

Fonte: adaptado de Guerra (2014) e Dornelas (2003)

Já o investigador Hashimoto (2009) realça na sua investigação que os primeiros estudos sobre esta área se inserem na década de 70 com as investigações desenvolvidas por Peter Drucker e Arnie Cooper. De acordo com Hashimoto, para Drucker, o compromisso base das empresas existentes, principalmente as empresas já implementadas e lucrativas, será conseguir mantê-las na mesma rota de sucesso no futuro. Na década de 80, cerca de 1980, estas ideias foram ainda mais consideradas quando as empresas japonesas começaram a entrar no país, EUA, com produtos mais baratos e de qualidade superior.

A atenção crescente dos investigadores no estabelecimento das relações entre o empreendedorismo e as empresas de grande dimensão originou várias nomenclaturas ao longo do tempo, conforme se poderá verificar na tabela seguinte.

Tabela 6 - Terminologia utilizada para definir o empreendedorismo empresarial

Investigadores	Ano	Terminologias
Cooper	1981	Empreendedorismo intra-corporativo
Schollhammer	1981	Empreendedorismo corporativo interno
Miller	1983	Orientação Empreendedora
Pinchot	1985	Intra-empreendedorismo
Khandwalla	1987	Gestão inovadora pioneira
Ellis & Taylor	1987	<i>Corporate Venturing</i>
Sathe	1989	Renovação organizacional
Stevenson & Jarillo	1990	Gestão Empreendedora
Morse	1996	Empreendedorismo em nível de empresa
Dess, Lumpkin & Covin	1997	Estratégia empreendedora
Birkinshaw	1997	Alianças corporativas

Fonte: adaptado de Hashimoto (2009)

Assim, verifica-se que existam diversas terminologias para definir o empreendedorismo empresarial, mas realce-se que a relevância do empreendedorismo no

desenvolvimento económico está diretamente relacionada com as mudanças na organização do negócio e na sociedade. Estas mudanças visam o desenvolvimento e o incremento na produção, sendo a inovação o pilar central do crescimento económico, não só no desenvolvimento de novos produtos e serviços, mas também como incentivo ao interesse no investimento em novos empreendimentos. Na prática, segundo Cruz (2005), muitos empreendedores passam por diversos obstáculos para conseguirem ligar a criação ao mercado, pois falta-lhes habilidades, *skills*, administrativas, de marketing ou de recursos financeiros.

Guerra (2014) defende a ideia de que o comportamento intra-empendedor pode ser impulsionado na organização, desde que esta esteja interessada em proporcionar aos seus colaboradores um ambiente que permita que as pessoas desempenhem as suas tarefas com criatividade e principalmente com a maior liberdade possível.

De acordo com Raposo *et al.* (2011) o sucesso, a longo prazo, das empresas irá depender de uma aposta, clara, na inovação e num processo de reinvenção constante de ideias, produtos, processos e de modelos de negócio. Cada empresa deverá promover as melhores práticas, visando o desenvolvimento dos processos de inovação. Essas práticas irão tornar-se, para a empresa, os fatores críticos de sucesso na promoção da inovação.

No que concerne ao Empreendedorismo *Starp Up*, Guerra (2014) realça no seu trabalho de investigação que a arte de empreender precisa de dedicação, de estar focada no seu negócio e de ter iniciativa. Tem também de assumir responsabilidades e agir de acordo com a criatividade na gestão dos riscos intrínsecos aos processos, sempre com a visão na capacidade de procurar uma oportunidade de negócio inovador e manter esta visão mesmo quando se está perante obstáculos ou dificuldades. De acordo com Johnson (2001), referido por Guerra (2014) o empreendedor *Start Up* reconhece o negócio como algo que é dele, ao qual ele se dedica intensamente em busca do seu objetivo, sem pensar em limitações, nem barreiras, ao seu processo de empreender o modelo de negócio.

A investigadora reforça ainda que o empreendedorismo *Start Up* é composto, maioritariamente, por pequenas empresas criadas em casa e instituídas por pequenos capitais de investimento. São empresas que exploram áreas inovadoras de um determinado setor com ideias que vão de encontro às necessidades dos clientes alvo, pelo que

conseguem ter um nível de evolução muito rápido e também em virtude de investimentos feitos por fundos de investimento especializados.

Por conseguinte, Morais (2013) no seu estudo considera os empreendedores *Start Up*, designando-os de empreendedores nascentes, sendo os indivíduos envolvidos na criação de novos negócios. O empreendedor nascente será, neste seguimento, o indivíduo que está interessado em iniciar um novo negócio, que espera ser o proprietário do novo negócio, ou de parte dele, e que foi ativo na tentativa de iniciar um novo negócio nos últimos 12 meses.

Segundo Uriarte (2000), estas pequenas empresas antes de serem colocadas em prática devem e necessitam de se prepararem, e nesse seguimento o investigador apresenta vários itens que se devem observar antes de criar o negócio: fomentar uma relação próxima com os computadores, sendo que sem este conhecimento o empreendedor não terá acesso ao conhecimento necessário para o seu crescimento profissional e pessoal; conhecer os princípios básicos de gestão, particularmente no que respeita à gestão de microempresas, sendo que o mais comum é estas empresas começarem com poucos colaboradores, apenas um ou dois; pensar em grande, mas com recursos pequenos, isto é, o empreendedor deve ser capaz de criar um negócio que envolva poucas pessoas a título inicial; saber trabalhar em equipa, pois, cada vez mais, a distância entre o empregador e colaborador são menores; não se deve centrar em demasia nos detalhes do momento, dado que a sociedade está em constante evolução e tudo muda num simples instante, assim como a superespecialização num só tema pode levar a que quando concluído já esteja ultrapassado; possuir a certeza que vai entrar numa área em que se consegue realizar profissionalmente e que é o que quer desenvolver no futuro; manter sempre o pensamento positivo.

Já de acordo com Guerra (2014), além dos itens anteriormente mencionados, deve-se respeitar e focar em outros itens, que nos remetem para a implementação de uma *Start Up* com condições de sucesso: confirmar a conceção da ideia; desenvolver as especificações completas de projeto; elaborar um protótipo; obter capital; criar uma versão que possa ser testada pelo público; apresentar aos consumidores uma versão final do produto; contrabalançar a receita e despesa.

Atualmente é possível verificar notícias de empresas *Start Up* que surgiram, de forma repentina, e que num espaço curto de tempo se tornaram em negócios de sucesso. São por vezes ideias muito simples e que conseguiram revolucionar a sociedade envolvente, ou até mundial. Alguns desses empreendedores contemporâneos são considerados na próxima tabela.

Tabela 7 - Empreendedores Contemporâneos

Empreendedor	Empresa	Considerações
Steve Jobs	Apple	Declinar as pesquisas de mercado e os grupos de foco
Bill Gates	Microsoft	Encontrar pessoas inteligentes e criar equipas pequenas
Fred Smith	FedEx	Acreditar nos gerentes
Jeff Bezos	Amazon	Fazer mini-fugas regularmente
Larry Page e Sergey Brion	Google	Não poupar na procura da inovação
Howard Schultz	Starbucks	Desafiar continuamente os velhos métodos
Mark Zuckerberg	Facebook	Ser paranóico
John Mackey	Whole Foods	As intenções que inspiram as pessoas
Herb Kelleher	Southwest Airlines	Os funcionários estão em primeiro lugar
Narayana Murthy	Infosys	Sacrifício hoje para atingir a recompensa amanhã
Sam Walton	WalMart	Dar às pessoas o que realmente ambicionam
Muhammad	Yunus Grameen Bank	Um pequeno presente pode ter um enorme impacto

Fonte: adaptado de Fatturi (2013)

2.4 Fatores potenciadores para o empreendedorismo

De acordo com Reynolds e White (1997) e Wagner (2004), os empreendedores nascentes são as pessoas envolvidas na criação de novos negócios. Por conseguinte, o

empreendedor nascente será o indivíduo que está interessado em iniciar um novo negócio, que espera ser o sócio de um novo negócio, ou de parte dele, e que foi ativo na tentativa de iniciar um novo negócio nos últimos 12 meses (Wagner, 2004, Bilau 2007 e Simões *et al.*, 2017). Assim, segundo Veciana (2006, 2008) e Simões *et al.* (2017), o nível educacional dos empreendedores terá um lado positivo aquando a utilização dos conselhos profissionais emanados pela rede de inovação.

No decurso dos tempos, a decisão de se tornar empreendedor tem sido analisada utilizando diversos métodos, tendo os investigadores analisado certos traços de personalidade que podiam estar associados à atividade empresarial (McClelland, 1961).

Mais recentemente, outras investigações apontaram para a relevância de diferentes características como a idade, o género, a origem, a religião, o nível de estudos, a experiência profissional, entre outras variáveis (Storey, 1994 e Simões *et al.*, 2017). Estas são, geralmente, denominadas de variáveis demográficas (Robinson *et al.*, 1991). Inclusivamente, Naia (2009) realça a influência da exposição ao empreendedorismo durante a infância, por meio dos negócios de família. Naia (2009) dá importância à influência dos negócios familiares na exposição ao empreendedorismo durante o período de infância. Para um possível futuro, como empreendedor, a parte familiar é um fator a ser considerado, pois a ocupação dos familiares pode ser considerada como um motivo de influência. Deste modo, familiares que atuam por conta própria propendem a ser um fator de inspiração, pois aspetos como a independência e a flexibilidade no trabalho são absorvidos em idade prematura (Hisrich e Peters, 2004).

Assim, ambas as linhas de investigação têm possibilitado a identificação de relações significativas entre certos traços ou características demográficas das pessoas e o seu comportamento empreendedor. Porém, a capacidade preditiva tem sido muito limitada (Reynolds, 1997). Do ponto de vista teórico, estas abordagens têm sido criticadas (Krueger *et al.*, 2000; Liñán *et al.*, 2002), quer pelos problemas conceituais e de metodologia, quer pela sua baixa capacidade explicativa.

De uma terceira perspetiva, uma vez que a decisão de se tornar empreendedor pode ser, plausivelmente, considerada como voluntária e consciente (Krueger *et al.*, 2000), parece razoável analisar a decisão tomada.

Neste sentido, a intenção empreendedora seria um elemento prévio e determinante do comportamento empreendedor (Fayolle e Gailly, 2004 e Simões *et al.*, 2017). Por sua vez, a intenção de realizar um determinado comportamento dependeria das atitudes pessoais face a esse comportamento (Ajzen, 1991). Uma atitude mais favorável aumentaria a intenção de a realizar.

Espírito e Sastre (2007) analisaram as características que têm uma influência positiva nas intenções empreendedoras dos estudantes, considerando os traços de personalidade, valores, fatores sociodemográficos e preparação académica.

Na mesma linha de investigação, Skudiene, Auruskeviciene e Pundziene (2010) analisaram as características psicológicas e não psicológicas, assim como os fatores ambientais que influenciam as intenções empreendedoras dos estudantes universitários na Lituânia. O resultado mostra que ambos os fatores e o contexto influenciam as intenções empreendedoras dos estudantes. Esta informação serviu de suporte para a conceção de programas de formação em empreendedorismo.

De forma semelhante, Mayer (2010) realizou uma investigação do estado atual do apoio dado pelas universidades à criação de empresas, baseando-se, diretamente, na educação superior no México, tentando identificar as características e os fatores adequados para um plano de integração, desenvolvendo um programa eficiente de incentivos institucionais nas universidades.

Na figura seguinte, figura 1, é apresentado um modelo concetual sobre o potencial dos empreendedores, onde são integradas quatro dimensões centrais.

Figura 1 - Modelo Concetual sobre o Potencial dos Empreendedores



Fonte: Santos *et al.* (2010)

A partir deste modelo concetual surgem várias subdimensões para cada uma das dimensões.

- Competências Psicológicas: capacidade de inovação; inteligência emocional; superar obstáculos.
- Competências Sociais: capacidade de comunicação e persuasão; capacidade para desenvolver a rede social.
- Competências de Gestão: visão; capacidade para mobilizar recursos; capacidade para liderar; autoeficácia empreendedora.
- Motivações Empreendedoras: desejo de independência; motivação económica.

Os resultados do relatório do *Global Entrepreneurship Monitor* apontam dados interessantes no que diz respeito à idade em que a taxa de empreendedorismo é mais prevalente em Portugal. Assim, se em 2007, a taxa de empreendedorismo era superior na população entre os 35 e os 44 anos, em 2016/2017 essa taxa era superior nos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos. Em 2007, 9 em cada 100 indivíduos eram empreendedores, em 2016/2017 o valor desce para 4 a 5 indivíduos empreendedores por cada 100 adultos. Em Portugal, no ano de 2016/2017 a população adulta (entre 18 – 64

anos de idade), regista que 61% dos homens consideravam ter competências, conhecimentos, necessários para criar um negócio, enquanto na população feminina apenas 43% consideram ter competências/conhecimentos.

No ano de 2016/2017 a percentagem de homens em idade adulta que consideravam possuir as competências/conhecimentos necessários para criar um negócio revelou-se superior à das mulheres (63% e 53%, respetivamente). Verifica-se em ambos os géneros uma diminuição dos valores percentuais, com particular destaque para o resultado associado à população adulta feminina, onde se regista um decréscimo de 9,9 % (GEM, 2016/2017).

Portugal está entre os 17 países com menos atividade empreendedora no mundo. Relativamente às variáveis demográficas, no que diz respeito ao género, em todos os estudos analisados se verificou que existe uma maior taxa de empreendedores do sexo masculino do que do sexo feminino (Teixeira, 2008 e Simões *et. al.* 2017). Os dados relativos ao estatuto do trabalhador estudante indicam que os alunos que já tiveram uma experiência profissional tenham desenvolvido características como a autonomia e inovação.

Por conseguinte, analisando os resultados do *Global Entrepreneurship Monitor*, verifica-se um maior número de empreendedores no sexo masculino comparando com o feminino. Com esta tendência decrescente, e analisando os resultados anteriores, a aposta está nos mais novos, devendo as escolas inculcá-lhes o espírito de empreendedores, porque não se nasce empreendedor, mas sim aprende-se a ser, isto com o objetivo de alterar estas tendências decrescentes que se verificam atualmente (Simões *et al.*, 2017). Inclusivamente, Sousa (2017) salienta o papel da educação na sociedade atual como sendo a base do desenvolvimento do empreendedorismo, pois é necessário aprender para se ser empreendedor. Para evoluir tem de se incentivar e desenvolver o espírito empreendedor, através da procura de conhecimento constante em novas áreas ou na especialização na área onde se pretende trabalhar, sem nunca esquecer que nos encontramos num mercado sem fronteiras e que o sucesso da gestão e direção do negócio depende em muito dos conhecimentos que o empreendedor tem na sua base. A educação associada à própria árvore genológica e a um ambiente familiar de empreendedores aumenta, assim, o nível de

confiança levando a pessoa a acreditar e arriscar em que terá maior um rendimento se criar o seu próprio negócio em vez de trabalhar por conta doutro.

Em Portugal, tal como na totalidade da Europa, o empreendedorismo tem sido, nos últimos anos, encarado como uma possível forma de acesso ao mercado de trabalho, podendo até ser uma forma opção às atuais mudanças profissionais quer por vontade própria quer por questões de desemprego (Santos, 2014).

2.5 Síntese

Como se pode verificar no decurso do capítulo 2, o conceito de empreendedorismo caracteriza-se pela sua polissemia, sendo o empreendedorismo uma característica fulcral na sociedade atual, que deve ser fomentada, pela sua repercussão no tecido económico do país, através da criação de empregos e de fontes de riqueza. Inclusivamente, para Cruz (2005), o termo empreendedorismo é uma tradução que se faz da palavra *entrepreneurship*, designando uma área de grande abrangência e trata de outros temas, além da criação de empresa e que remonta ao início dos tempos. Antes de haver o conceito já havia a conceção pois este surgiu nos primórdios da civilização e ainda hoje poder-se-á dizer que para haver o desenvolvimento do empreendedorismo no mundo, cabe a cada cidadão ser parte ativa na sociedade global onde estamos inseridos e aprender a aproveitar as oportunidades empreendedoras para sobressair.

Ao longo da revisão bibliográfica, grande parte dos investigadores, pelos estudos efetuados, ou mesmo pela experiência adquirida, refuta o facto de o empreendedorismo ser um dom inato, enfatizando a influência de vários fatores (pessoais, contextuais/sociais, familiares) no desenvolvimento desta característica, sendo que, os diversos pontos de vista convergem para a influência que o ensino pode ter na promoção deste aspeto.

Segundo Amorim (2013) existem dois tipos de empreendedorismo: o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade. Em ambos os casos, as organizações necessitam de profissionais empreendedores interessados no negócio e na gestão do conhecimento para assim ultrapassar a barreira da concorrência e elevar a instituição ao âmbito da inovação. Na era do conhecimento, com o forte

crescimento tecnológico e os mercados altamente competitivos, os negócios de sucesso são aqueles que detêm o conhecimento dos seus colaboradores como fonte de competitividade (Guerra, 2014).

Surgem assim três principais tipos de empreendedores: o empreendedor corporativo, o empreendedor *Start Up* e o empreendedor social.

O espírito empreendedor é, por conseguinte, uma característica distinta e não um traço de personalidade. Um indivíduo é definido como empreendedor quando procura constantemente a mudança e, quando a encontra, explora-a como oportunidade. Empreender não está relacionado especificamente com a economia ou com a psicologia, mas com o desenvolvimento académico de todas as atividades dos seres humanos, fomentado a criação de ferramentas para desenvolvimento posterior (Pinto, 2013).

Assim, podemos concluir que, atualmente é reconhecida a necessidade do empreendedorismo ser promovido através da educação nas escolas, sendo que o perfil comum de um empreendedor português pode-se caracterizar como indivíduos do sexo masculino, casados, com idades entre os 25 a 35 anos e habilitados com o ensino secundário.

3. Caracterização do setor do Ensino Superior Politécnico em Portugal

3.1 Introdução

A universidade é considerada uma instituição secular e possui como missão ensinar e investigar, dando relevância à formação de cientistas e investigadores altamente treinados para alargar as fronteiras do conhecimento. É um lugar, por privilégio, de estudo, investigação e reflexão e deve possuir as condições necessárias, de forma a ser um lugar propício ao surgimento de grandes propostas para a compreensão e transformação do mundo. Uma universidade não será um local favorecedor para o estudo se considerar a investigação dispensável, bem como os seus laboratórios e bibliotecas improvisados ou esquecidos (Simões *et al.*, 2017).

Por outro lado, o politécnico será o lugar adequado para se formarem técnicos altamente especializados, possuidores de um treino que lhes possibilite a criação de técnicas inovadoras, sendo indispensável a investigação, desenvolvida tanto nas universidades como nos politécnicos. A formação, anteriormente mencionada, deve ser realizada através de uma relação estreita com a prática, isto é, com o conjunto das empresas e instituições de cujos técnicos dependesse o seu progresso (Simões *et al.*, 2017).

As universidades possuem como incumbência a gestão do mais precioso património de que a humanidade dispõe, o dos saberes acumulados durante séculos de observação e de pensamento. Cabe ao Estado assegurar as condições para que as universidades públicas possam cumprir tão importante missão. Os politécnicos visam proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática, bem como as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais (Simões *et al.*, 2017).

Neste capítulo ir-se-á analisar, na secção 3.2, a evolução que o ensino superior sofreu em Portugal. Na secção 3.3, no mesmo seguimento, apresenta-se a caracterização do setor, a sua dinâmica e crescimento. Na secção 3.4, a caracterização da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar, e finalmente na secção 3.5 a síntese.

3.2 Evolução histórica

Os fenómenos mais relevantes da evolução do setor do ensino superior são, sem sombra de dúvida, a expansão e a massificação do ensino superior português, o qual passou de cerca de 30 mil estudantes, na década de 60, para mais de 370 mil em 2000 (Simões *et al.*, 2017), inclusivamente, em 2008, segundo dados do GPEARI, existiam 376.917 estudantes inscritos no ensino superior em Portugal. De acordo com a DGESup, para esta expansão contribuíram fatores que foram comuns a vários países, tais como o aumento da escolarização no ensino secundário, as profundas transformações políticas, económicas e sociais sentidas nos últimos 30 anos e o período da pós-revolução de 1974. Esta expansão concretiza-se de três formas: pela criação de novas universidades públicas, pela criação do ensino politécnico e pelo desenvolvimento de instituições de ensino privado (Simões *et al.*, 2017). De acordo com Bagão (1998-99), o sistema de ensino, desde a Antiguidade até à Implementação da República, passou por várias fases, mencionadas de seguida na tabela abaixo.

Tabela 8 - Fases pelas quais o sistema de ensino português passou desde a Antiguidade até à Implementação da República

ANTIGUIDADE	1- A Companhia de Jesus 2- A Revolução do século XVIII 3- A Reforma Pombalina 4- O Século XIX 5- Inícios do Século XX
1ª REPÚBLICA 1910-1926	O Sistema de Ensino durante o Período Republicano 1- Reforma de 1911
2ª- REPÚBLICA 1926-1974	1- A contra-reforma educativa 2- A ofensiva ideológica e o alargamento da rede escolar 3- A Lição de Salazar 4- O Ensino entre o conservadorismo e a industrialização 5- A Reforma Veiga Simão
3ª REPÚBLICA 1974 até à Atualidade	O Sistema Educativo após o 25 de Abril 1- O Período entre 1974 e 1976 2- O Período entre 1976 e 1986 3- O Período pós 1986 3.1- A Escola Básica como Modelo Organizacional 3.2- Escola Básica e Irradiação da Descontinuidade Educativa 3.3- A Escola Seletiva 3.4- A Escola Massificada 3.5- O Rosto da Nova Escola 3.6- A Filosofia das Escolas Básicas Integradas

Fonte: adaptado de Bagão (1998-99)

Analisando o setor do ensino superior de forma mais detalhada, contrariamente à situação atual, até cerca da década de 70, o ensino superior em Portugal era quase exclusivamente público e universitário, abrangendo uma fração da população muito reduzida e oriunda, essencialmente, de estratos socioeconómicos mais favorecidos da sociedade portuguesa (Cabrito, 2004). De acordo com Torgal (1999), apresentava, por conseguinte, uma oferta educativa muito limitada, comparada com os dias de hoje, sendo os cursos ministrados nas quatro Universidades clássicas portuguesas: Universidades Técnica e Clássica de Lisboa, a Universidade do Porto e a Universidade de Coimbra. As primeiras alterações no ensino médio técnico ocorreram nos finais de 1968, com José Hermano Saraiva como Ministro da Educação.

Na década de 70, verifica-se, então, a um aumento notório na procura deste nível de ensino, em grande medida explicada por mudanças sociais, como o aumento da população e a melhoria das condições de vida, bem como o alargamento da escolaridade obrigatória e o movimento de democratização da sociedade portuguesa (Barreto, 1996, 2000). O projeto político assente na expansão e diversificação do ensino, em que os institutos politécnicos integrariam o ensino superior juntamente com as universidades e outros estabelecimentos de ensino similar, constitui-se como um marco importante, porém, por diversas razões, nomeadamente políticas, esse projeto só viria a ser realizado mais tarde, após a Revolução de Abril.

Após a Revolução, na defesa de novos valores e na promoção de uma maior igualdade, as escolas de ensino médio foram promovidas ao nível de ensino superior, procurando reajustar o acesso a formação superior (CIPES, 2010).

Do conjunto de bases programáticas para a reforma do ensino superior que constam do Decreto-Lei nº 363/75, de 11 de Julho, (...) em consequência, assiste-se à introdução de um conjunto de medidas com importantes repercussões na configuração do Ensino Superior, das quais se destacam, o alargamento da rede de oferta pública, a partir da criação de um conjunto de universidades, e, mais tarde, a dinamização do Ensino Superior não universitário, com a criação de institutos politécnicos em todas as capitais de distrito do País.

Neste sentido, a Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, legaliza a extensão do ensino superior aos Politécnicos, com a missão de formar bacharéis com capacitações para o exercício de determinadas atividades profissionais. Por conseguinte, o Decreto-Lei n.º 402/73 decreta que o ensino superior é assegurado, de acordo com a Lei de Reforma do Sistema Educativo, por Universidades, por Institutos Politécnicos e por Escolas Normais Superiores e outros estabelecimentos equiparados, reforçando a dimensão profissionalizante dos Institutos Politécnicos e a necessidade de incentivar a investigação aplicada e o desenvolvimento experimental, tendo por base as necessidades nos domínios tecnológico e dos serviços, particularmente as de carácter regional.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 427-B/77, em 14 de Outubro de 1977, atingiu-se um relevante marco em termos de direção da consolidação do ensino superior politécnico, ao considerar o ensino superior de curta duração com vista à formação de técnicos especialistas e profissionais de educação a nível superior intermédio (Lei n.º 61/78 de 28 de Julho).

Em 26 de Dezembro, com o Decreto-Lei n.º 513-T/79, o mesmo veio alterar a designação de ensino superior de curta duração para ensino superior politécnico, conceptualizando-o no sistema nacional do ensino superior e conferindo-lhe uma idêntica identidade no que concerne ao ensino universitário, acrescentando ainda formas de articulação entre os dois sistemas de ensino.

Em 1986, com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), a mesma vem consagrar a existência do ensino politécnico no ensino superior português, sendo este o marco legislativo da construção binária do ensino superior. O ensino superior politécnico surgia, então, com o objetivo de *proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais*. Em contrapartida, *o ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica*. Esta Lei, a Lei de Bases do Sistema Educativo, efetua uma distinção entre o ensino

universitário e o ensino politécnico, tendo definido que o ensino politécnico proveria o mercado de trabalho com bacharéis e que poderia proceder à atribuição de diplomas de Estudos Superiores Especializados (CESEs). Esta não é, no entanto, a situação atual, uma vez que a Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro estipulou que os Institutos Politécnicos passariam a conceder os graus de bacharel e de licenciado (fazendo cair os CESEs), as licenciaturas bietápicas.

Em 1998/99, com a aprovação das licenciaturas bietápicas, que estão organizadas em dois ciclos sequenciais, inicia-se um novo período na sua história, pois na licenciatura bietápica, a conclusão dos dois ciclos confere o grau de licenciado e o cumprimento de apenas do 1.º ciclo o grau de bacharel, possibilitando, desta forma, aos alunos uma mais rápida integração no mundo do trabalho. Em Abril de 1997, em Lisboa, o Conselho da Europa e a UNESCO aprovaram o texto da Convenção sobre o reconhecimento de qualificações relativas ao Ensino Superior na Europa, a Declaração de Sorbonne (Maio 1998) da iniciativa da França, Alemanha e Itália, em que já se havia antecipado a criação de uma Área Europeia de Ensino Superior, proposta que foi depois reformulada e retomada em Bolonha (Junho 1999) pela cimeira de Ministros da Educação europeus (29 países) - a Declaração de Bolonha, a Cimeira de Praga (Maio 2001) dos Ministros da Educação europeus (32 países), vindo confirmar e fixar medidas e metas concretas para a integração no espaço europeu.

Em 2003, a Comissão das Comunidades Europeias emitiu uma comunicação intitulada *O papel das universidades na Europa do conhecimento*, onde afirmou que o crescimento da sociedade do conhecimento resulta da produção de novos conhecimentos, da sua transmissão através da educação e da formação, da sua divulgação pelas tecnologias da informação e comunicação e da sua utilização em novos serviços ou processos industriais. Porém, o Conselho Europeu em Março de 2000, em Lisboa, definiu o objetivo estratégico para 2010, e resultou do reconhecimento que a União Europeia se defrontava com uma enorme mudança resultante da globalização e da economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social. Este objetivo levou a uma reflexão sobre os objetivos concretos dos sistemas educativos, na

incidência sobre as preocupações comuns e, simultaneamente, no respeito pela diversidade nacional (Comissão Europeia, 2002).

Assim, tornou-se urgente a regulamentação do Processo de Bolonha no caso de Portugal, que se concretizou nos Decretos-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, n.º 74/2006, de 24 de Março, e n.º 88/2006, de 23 de Maio, que regulam o acesso dos maiores de 23 anos ao ensino superior, o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior e os cursos de especialização tecnológica (CET). A referência, por fim, ao Decreto-Lei n.º 114/2006, de 12 de Junho, como segunda prorrogação do regime de instalação regulado pelo Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro, no âmbito do ensino superior politécnico. Também no ensino superior específico que se constitui o ensino superior militar e policial assiste-se a uma organização binária, consolidada no período pós-Bolonha através do Decreto-Lei n.º 27/2010, de 31 de Março: *acolhe o princípio do sistema binário na organização do ensino superior público militar, assente na diferenciação de objetivos entre os subsistemas politécnico e universitário.*

Porém, o mundo universitário apresenta problemas. Hoje em dia, as universidades europeias não são consideradas competitivas, em termos mundiais, relativamente aos nossos principais parceiros, Estados Unidos da América e Índia, embora se produzam publicações científicas de grande qualidade. Neste sentido, a União Europeia lançou uma série de incentivos e iniciativas nos domínios da investigação. Podemos referir, como exemplo, o Espaço Europeu de Investigação e da Inovação, sendo o objetivo o aumento do esforço europeu de investigação e de desenvolvimento. No que concerne à educação e formação, é de realçar a realização de um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida, a aplicação do programa de trabalho pormenorizado sobre o seguimento dos objetivos dos sistemas de educação e de formação, bem como os trabalhos que visam reforçar a convergência dos sistemas de ensino superior, no âmbito do Processo de Bolonha, e dos sistemas de formação profissional, em conformidade com a Declaração de Copenhaga. Coloca-se, neste contexto, a questão da compatibilidade e da transparência dos sistemas de reconhecimento das qualificações (sendo este um dos temas centrais do Processo de convergência de Bolonha), bem como a dos obstáculos à mobilidade dos estudantes e dos investigadores na Europa.

Assim, Simões *et al.*, 2017, de forma prospetiva, referem que, em Portugal, a competição constatada no recrutamento de discentes levará a uma maior preocupação com o acesso e a integração de discentes recém-admitidos. Desta forma, a emergência destes novos públicos-alvo terá consequências na forma de organização do ensino, nomeadamente à importância da proximidade da instituição e da acessibilidade dos programas educacionais, quer pela oferta de ensino à distância, quer pelas novas formas de ensino via Internet, ainda em franco crescimento, a necessidade de abordagens modulares, flexíveis e de curricula que permitam percursos intermitentes de formação e acumulação de créditos e o reconhecimento de formações prévias (formais, informais ou por autoaprendizagem), bem como a acreditação de experiências profissionais relevantes.

3.3 Caracterização

Segundo dados da DGES (2019), existem, a nível de ensino público, 14 Instituições de Ensino Universitário e 15 Instituições de Ensino Politécnico (ver tabelas 8 e 9). No que se refere às Instituições de Ensino Politécnico, note-se que as mesmas se encontram distribuídas por um total de 75 Escolas, 5 Escolas Superiores não Integradas e 14 Escolas Politécnicas integradas em Universidades. Oferecem Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTEPs), de Licenciatura, de Mestrado e Cursos de Pós-Graduação. Será de realçar que as Instituições de Ensino Militar e Policial, que pertencem ao ensino superior público foram retiradas da tabela 9 e 10., pois não se traduzem no nosso objetivo de investigação.

Tabela 9 - Estrutura do ensino superior público – Universidades

Universidades	
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	Universidade Aberta
Universidade de Évora	Universidade da Beira Interior
Universidade de Lisboa	Universidade da Madeira
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Universidade de Aveiro
Universidade do Algarve	Universidade de Coimbra
Universidade do Minho	Universidade dos Açores
Universidade do Porto	Universidade Nova de Lisboa

Fonte: adaptado de DGES (2019)

Tabela 10 - Estrutura do ensino superior público – Politécnicos

Politécnicos	
Instituto Politécnico de Lisboa	Instituto Politécnico de Tomar
Instituto Politécnico de Bragança	Instituto Politécnico de Guarda
Instituto Politécnico de Viseu	Instituto Politécnico de Portalegre
Instituto Politécnico de Castelo Branco	Instituto Politécnico de Setúbal
Instituto Politécnico de Coimbra	Instituto Politécnico do Porto
Instituto Politécnico de Leiria	Instituto Politécnico de Viana do castelo
Escola Sup. de Enfermagem de Coimbra	Instituto Politécnico de Beja
Escola Superior Enfermagem de Lisboa	Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior Enfermagem do Porto	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Escola Náutica Infante D. Henrique	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Fonte: adaptado de DGES (2019)

Os Institutos Politécnicos e as Escolas Politécnicas Não Integradas, em 2018-19, ofereciam 606 cursos de licenciaturas, 567 cursos de mestrado e, por último, 520 Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTEPs) (DGES, 2019).

Constata-se que o número de vagas no Ensino Superior Público e Privado apresentou uma tendência decrescente, até ao ano letivo 2017-18, especialmente no Ensino Privado. Verifica-se que no ano letivo de 2011-12 atingiu-se o máximo de 36.903 vagas, sendo a sua distribuição, relativamente aos dois setores, mais favorável para o subsistema de ensino público, segundo dados do DGEEC (2019). Será de reforçar que o subsistema de ensino privado, neste momento apresenta valores próximos dos 40% (2017-2018 relativamente a 2011-2012).

Tabela 11 – Vagas por Subsistema de ensino politécnico, de 2011-2012 a 2017-2018

Subsistema de ensino	2011-12	2012-13	2013-14	2014-15	2015- 16	2016-17	2017-18
Público	25.270	24.270	23.547	23.008	22.833	22.944	22.976
Privado	11.633	10.530	8.807	7.775	7.679	7.495	7.299
Total	36.903	34.800	32.354	30.783	30.512	30.439	30.275

Fonte: adaptado de DGEEC (2019)

Tabela 12 – Inscritos por Subsistema de ensino politécnico, de 2011-2012 a 2017-2018

Subsistema de ensino	2011-12	2012-13	2013-14	2014-15	2015- 16	2016-17	2017-18
Público	114.872	113.662	106.674	103.274	100.652	106.251	110.395
Privado	27.838	23.552	18.574	16.051	14.633	15.534	16.334
Subtotal Ensino Politécnico	142.710	137.214	125.248	119.325	115.285	121.785	126.729
Público	5.659	5.854	6.913	6.603	1.650	-	-
Privado	115	152	554	622	93	-	-
Subtotal (CETs)	5.774	6.006	7.467	7.225	1.743	-	-
Total	148.484	143.220	132.715	126.550	117.028	121.785	126.729

Fonte: adaptado de DGEEC (2019)

É de realçar que o sistema de ensino superior politécnico teve um decréscimo, passando de cerca de 148.484 estudantes no ano letivo 2011-12, para cerca de 126.729 em 2017-18. Verifica-se (tabela 12) um decréscimo do número de alunos inscritos nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTEPs), dado que os mesmos substituíram os anteriores Cursos de Especialização Tecnológica, sendo esta provavelmente a razão.

Será de realçar que esta alteração da designação, passando de Cursos de Especialização Tecnológica (CETs) para Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTEPs), para os candidatos ao ensino superior politécnico, no ano de arranque, trouxeram alguma falta de informação, por parte dos candidatos, o que originou uma redução do número de candidatos aos referidos cursos. Acrescenta-se ainda que as Instituições tiveram

a necessidade de submeterem novas propostas de Cursos, tendo estas propostas, e a respetiva aprovação, condicionado também a divulgação para os referidos candidatados ao ensino superior.

Em 2011-12, ver tabela abaixo, cerca de 55% dos inscritos em estabelecimentos de ensino superior eram do género feminino. Mantendo a tendência que se verifica desde 2011-12, as mulheres inscritas em 2017-18, continuavam a ter o maior peso no total dos inscritos. No entanto, a percentagem de homens inscritos, também cresceu, desde 2011-12, tendo em consideração os valores das inscrições em Cursos de Especialização Tecnológica.

Tabela 13 – Inscritos em estabelecimentos de ensino superior pela 1.ª vez, por sexo (EP), de 2011-2012 a 2017-2018

Sexo	2011-12	2012-13	2013-14	2014-15	2015- 16	2016-17	2017-18
Homens	57.684	53.235	53.156	53.156	52.170	58.174	57.767
Mulheres	72.194	66.688	67.887	67.887	66.818	70.970	73.104
Subtotal (EP)	129.878	119.923	121.043	121.043	118.988	129.144	130.871
Homens	3.365	3.646	4.160	4.160	4.003	-	-
Mulheres	1.851	2.014	2.442	2.442	2.480	-	-
Subtotal (CETs)	5.216	5.660	6.602	6.602	6.483	-	-
Total	135.094	125.583	127.645	127.645	125.471	129.144	130.871

Fonte: adaptado de DGEEC (2019)

No ano letivo de 2011-2012, 72.737 alunos inscreveram-se em cursos de Licenciatura. O número de alunos que se inscreveram, em Cursos de Especialização Tecnológica, em estabelecimentos de ensino superior, cresceu entre 2011-2012 e 2014-2015, passando de 5.216 para 6.483. No ano letivo de 2014-2015, em simultâneo, entraram em funcionamento os Cursos Técnicos Superiores Profissionais, tendo apresentado o valor de 395, mas tendo crescido para o número de 7.019, no ano letivo de 2017-2018.

No que concerne aos Mestrados, os mesmos têm demonstrado uma consistência nos números de inscritos (tendo no ano letivo de 2011-2012, 13.580 inscritos, e em 2017-2018 de 14.512 inscritos).

De forma conclusiva, podemos constatar que o número de inscritos cresceu, tendo em consideração o número de inscritos em estabelecimentos de ensino superior pela 1.^a vez, passando de 135.094, em 2011-2012, para 140.898, em 2017-2018.

Tabela 14 – Inscritos em estabelecimentos de ensino superior pela 1.^a vez, por curso/ciclo de estudos, de 2011-2012 a 2017-2018

Curso/ciclo de estudos	2011-12	2012-13	2013-14	2014-15	2015- 16	2016-17	2017-18
Curso técnico superior profissional	-	-	-	395	6.151	6.476	7.019
Licenciatura 1.º ciclo	72.737	68.089	68.457	67.852	71.086	70.081	76.572
Complementos de formação	21	-	36	188	32	-	-
Especializações	3.326	2.094	2.631	2.865	2.822	2.844	2.604
Mestrado integrado	13.580	13.431	12.937	12.437	13.058	13.718	14.512
Mestrado integrado terminal	70	33	46	48	46	48	46
Mestrado 2.º ciclo	34.885	31.692	31.976	30.581	31.253	32.631	34.689
Mestrado	8	9	-	-	-	-	-
Doutoramento 3.º ciclo	5.247	4.575	4.960	4.622	4.696	5.073	5.456
Doutoramento	4	-	-	-	-	-	-
Subtotal (Ensino Superior)	129.878	119.923	121.043	118.988	129.144	130.871	140.898
Cursos de Especialização Tecnológica	5.216	5.660	6.602	6.483	-	-	-

TOTAL	135.094	125.583	127.645	125.471	129.144	130.871	140.898
--------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

Fonte: adaptado de DGEEC (2019)

Culminando, tendo em consideração o objetivo da nossa investigação, pensamos ser relevante analisar o número de vagas e inscritos pela 1.^a vez em cursos de formação inicial no ensino superior, por subsistema de ensino, tendo em consideração que os dados apresentados excluem os inscritos pela 1.^a vez em mobilidade internacional e os inscritos em cursos técnicos superiores profissionais, ver tabela 15.

Tabela 15 – Vagas e inscritos pela 1.^a vez em cursos de formação inicial no ensino superior, por subsistema de ensino

Subsistema de Ensino		Vagas	Inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, através do regime geral de acesso	Inscritos pela 1.ª vez através do regime geral de acesso	Taxa de ocupação [Inscritos pela 1.ª vez através do regime geral de acesso / Vagas]	Inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, através de todos os regimes	Inscritos pela 1.ª vez através de todos os regimes
Público	Univ.	28.518	26.717	27.032	94,8%	31.707	33.790
	Polit.	22.976	18.278	18.385	80,0%	24.647	25.666
	Total	51.494	44.995	45.417	88,2%	56.354	59.456
Privado	Univ.	14.544	8.086	8.567	58,9%	10.504	11.931
	Polit.	7.299	2.373	2.541	34,8%	4.144	4.934
	Total	21.843	10.459	11.108	50,9%	14.648	16.865
TOTAL		73.337	55.454	56.525	77,1%	71.002	76.321

Fonte: adaptado de DGEEC (2019)

3.4 Instituto Politécnico de Tomar

De acordo com o IPT (2019), o Instituto Politécnico de Tomar foi criado em 1973, tendo sido publicado em Decreto-lei 402/73, de 11 de Agosto, pelo Ministro da Educação e Ciência, Veiga Simão, porém com a revolução, em 1974, o processo da sua instalação não se realizou.

Em 1979, surgiu, como Escola Superior de Tecnologia de Tomar (ESTT), não integrada, pelo Ministro da Educação Luís Veiga da Cunha, tendo sido a comissão instaladora nomeada em Outubro de 1982, pelo então ministro Fraústo da Silva, constituída pelo Presidente, Professor Doutor Pacheco de Amorim, e vogais, Dr. Júlio Dias das Neves e Dr.^a Maria do Rosário Baeta Neves. Porém, a política de ensino superior em Portugal, na altura, definia que só poderia existir um Politécnico por Distrito e, assim, em 1985, por DL 46/85, de 22 Novembro, foi a ESTT integrada no Politécnico de Santarém. Mais tarde, em 1994, por DL 304/94 de 19 de Dezembro, o seu nome foi alterado para Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar (ESTGT).

Em 1986, segundo o IPT (2019), entraram em funcionamento os primeiros cursos do IPT: Gestão de Empresas, Construção Civil e Tecnologia de Celulose e Papel, com um total de cerca de 90 alunos. Em 1987, entrou em funcionamento o Curso de Artes Gráficas, e, em 1988, o Curso de Estudos Especializados em Arte, Arqueologia e Restauro.

Em 1996, por DL 96/96, de 17 de Julho, o Ministro da Educação e Ciência, Eduardo Marçal Grilo, fez publicar a criação do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), com a Escola Superior de Gestão (ESGT) e com a Escola Superior de Tecnologia (ESTT), ambas em Tomar, já no seu novo Campus, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1997. Foi nomeado Presidente do IPT, o Professor Doutor Pacheco de Amorim.

Em 1999, pelo DL 264/99, de 14 de Julho, foi criada, no IPT, a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA), dirigida pelo Professor Doutor Eugénio Pina de Almeida.

Pela direção da ESGT passou ainda, o Professor Doutor Manuel Coelho da Silva, em 2000, para coadjuvar na gestão e organização da Escola. Em 2002 foi nomeado Diretor da ESGT, o Professor Dr. Manuel Chantre.

Os estatutos do IPT e das Escolas foram, entretanto, homologados e a Professora Dra. Conceição Fortunato assumiu a Direção da ESGT e o Professor Doutor Luís Merca assumiu a Direção da ESTT, eleitos pelos seus pares.

Decorrente do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior - RJIES, de 2007, o Instituto Politécnico de Tomar procedeu à revisão dos seus Estatutos homologados em Fevereiro de 2009, e procedeu à criação do Conselho Geral. Em 2010, foi eleito como Presidente, o Professor Doutor Eugénio Pina de Almeida, tendo sido nomeado o Professor Dr. Miguel Pinto dos Santos para o cargo de Vice-Presidente. Por conseguinte, foram nomeados diretores para a ESTT, o Professor Doutor João Coroado, para a ESGT a Professora Dra. Conceição Fortunato e, para a ESTA, o Professor Doutor Luís Ferreira.

No ano de 2014, o Professor Doutor Eugénio Pina de Almeida, foi reeleito Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, tendo sido nomeados para Vice-Presidente, o Professor Doutor João Coroado e o Professor Dr. Miguel Pinto dos Santos. Para a direção da ESGT foi nomeado o Professor Doutor Francisco Carvalho, para a ESTA, a Professora Doutora Sofia Mota e para a ESTT, o Professor Doutor João Patrício.

Assim, podemos considerar que o IPT é uma Instituição de referência no Ensino Superior Politécnico, oferecendo 19 cursos de licenciatura e 16 cursos de mestrado, disponibilizando uma oferta formativa que abrange as mais diversas áreas do conhecimento e, visa, de forma constante e permanente, atualizar os conteúdos programáticos tendo em consideração as debilidades, lacunas, verificadas no tecido empresarial.

O IPT possui um campus em Tomar que acolhe os alunos da Escola Superior de Tecnologia de Tomar (ESTT) e da Escola Superior de Gestão de Tomar (ESGT) e, em Abrantes, a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA). Todas as Escolas são compostas por um corpo docente empenhado, por infraestruturas e por serviços direcionados para uma formação capaz de integrar os licenciados no mercado de trabalho. O IPT possui, ainda, um conjunto de laboratórios, modernamente equipados, permitindo, desta forma, uma forte relação com a envolvente externa através da prestação de serviços, possibilitando aos alunos o confronto com situações da vida real (IPT, 2019).

Assim, o IPT possui como missão, a expansão do acesso ao saber em benefício das pessoas e da sociedade, através da investigação, do ensino e da cooperação, num projeto de formação global do indivíduo; a participação ativa na construção de um espaço europeu de investigação e educação, bem como de um modelo de desenvolvimento regional assente na criação, inovação e valorização do conhecimento científico e tecnológico. Para atingir a missão, o IPT:

- a) Valoriza a atividade dos seus investigadores, docentes e funcionários, estimula a formação intelectual e profissional dos seus estudantes e assegura as condições para que todos os cidadãos devidamente habilitados possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida;
- b) Promove a mobilidade efetiva de estudantes e diplomados, tanto a nível nacional como internacional, designadamente no espaço europeu de ensino superior e na comunidade de países de língua portuguesa;
- c) Participa em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico;
- d) Contribui para a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia, promovendo e organizando ações de apoio à difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica, e disponibilizando os recursos necessários a esses fins (IPT, 2019).

3.4.1 Estrutura e composição da Instituição visada para a Investigação

A Escola Superior de Gestão de Tomar (ESGT), pertencente ao Instituto Politécnico de Tomar (IPT), é uma instituição pública de ensino superior, que tem como missão formar profissionais de qualidade, nas áreas das Ciências Empresariais, Sociais e do Comportamento, com forte ligação ao mercado de trabalho, e promover o Empreendedorismo, a inovação e a transferência de conhecimento, num ambiente de uma cultura de trabalho e de rigor. A ESGT visa estimular a formação intelectual e profissional dos seus estudantes e assegurar as condições para que os cidadãos, devidamente habilitados, possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida, em

que se rege, na sua administração e gestão, pelos princípios da democraticidade e da participação de todos os órgãos da instituição, visando: favorecer a livre expressão de ideias e opiniões; estimular a participação de todo o pessoal docente e não docente afeto à escola, bem como dos estudantes, nas suas atividades; garantir a liberdade de criação científica e cultural, no quadro dos fins e atribuições da Escola; assegurar as condições necessárias para uma atitude de permanente inovação científica e pedagógica; promover uma estreita ligação entre as suas atividades e a comunidade em que se integra, sem perder de vista o fenómeno da globalização, visando o desenvolvimento económico e cultural da sociedade e a integração dos seus diplomados na vida profissional (IPT, 2019).

Assim, a ESGT possui como objetivos a planificação, a implementação, a supervisão e o acompanhamento e execução de projetos nas áreas definidas na sua missão, nomeadamente:

- Projetos de ensino e formação (cursos superiores conducentes à obtenção de grau académico; cursos de pós-graduação; cursos de especialização tecnológica; cursos de formação ao longo da vida; outros cursos não conferentes de grau);
- Projetos de investigação;
- Projetos de prestação de serviços ao exterior.

O objetivo da nossa investigação serão os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTESPs), as Licenciatura e os Mestrado ministrados na Escola Superior de Gestão de Tomar que nas suas unidades curriculares contenham a disciplina relacionada com o domínio de conhecimento do Empreendedorismo. Por conseguinte, torna-se relevante efetuar uma análise de que formações se tratam, bem como as características das mesmas, nomeadamente o número de vagas para os referidos cursos e o número de inscritos.

Tabela 16 - Número de vagas para a oferta formativa da Escola Superior de Gestão de Tomar, 2018-2019

Oferta Formativa	Vagas
Mestrados	115
Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural	25
Gestão de Recursos Humanos	30
Gestão	30
Auditoria e Finanças	30
Licenciaturas	129
Contabilidade	25
Gestão de Empresas	45
Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional	32
Gestão Turística e Cultural	27
Cursos Técnicos Superiores Profissionais	209
Contabilidade e Fiscalidade	68
Contabilidade e Gestão	41
Gestão Administrativa de Recursos Humanos	30
Gestão Comercial e Vendas	30
Produção de Atividades para o Turismo Cultural	40
Total	453

Fonte: RAIDES (2018)

Podemos verificar, tendo em consideração o número de vagas com o número de inscritos, que o Curso Técnico Superior Profissional de Contabilidade e Fiscalidade não possuiu candidatos, tendo desta forma sido excluído da nossa investigação. Verifica-se uma grande afluência aos Cursos de Especialização Tecnológica, principalmente ao de Contabilidade e Gestão, ao de Gestão Administrativa de Recursos Humanos e ao de Produção de Atividades para o Turismo Cultural.

No que concerne às Licenciaturas, será de realçar o preenchimento da totalidade das vagas, por grande parte dos cursos.

Relativamente às comparações nos Mestrados verifica-se o não preenchimento da totalidade de vagas no mestrado de Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural e no Mestrado de Auditoria e Finanças. Estes dois mestrados obrigam a uma reflexão, sobre a razão de não estarem preenchidos, quando existem licenciaturas que deverão “alimentar” os mesmos.

3.5 Síntese

O ensino superior português possui dois grandes géneros de instituições, as universidades e os politécnicos. Enquanto as universidades possuem como missão a gestão dos saberes acumulados durante séculos de observação e de pensamento, os politécnicos possuem como missão proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, visando desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e, as suas aplicações, com vista ao exercício de atividades profissionais.

Mas, de acordo com Simões *et. al.* (2017), o mundo universitário apresenta problemas, pois hoje em dia, as universidades europeias não são consideradas competitivas, em termos mundiais, relativamente aos nossos principais parceiros, embora se produzam publicações científicas de grande qualidade.

Por conseguinte, a União Europeia lançou uma série de incentivos e iniciativas nos domínios da investigação, nomeadamente a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, criada pelo Conselho de Ministros, que visa a promoção da qualidade do ensino superior, designadamente através dos procedimentos de avaliação e de acreditação dos estabelecimentos de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como o desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

No que concerne ao Sistema do Ensino Superior Público em Portugal, alvo da investigação, este sistema pode ser caracterizado como possuidor de 14 Instituições de Ensino Universitário e 15 Instituições de Ensino Politécnico, sendo que iremos centrar o nosso objetivo nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTESPs), nas Licenciatura e nos Mestrado ministrados na Escola Superior de Gestão de Tomar que nas suas unidades curriculares contenham a disciplina relacionada com o domínio de conhecimento do Empreendedorismo. De forma mais concreta, iremos incidir a nossa investigação nos estudantes que frequentam essas mesmas formações.

Assim, o nosso grande objetivo será a influência que a instituição de ensino superior pública, ESGT pertencente ao IPT, exerce para a criação de empresas, sendo os discentes a prova dessa influência.

4. Questões de Investigação e Metodologia

4.1 Introdução

No decurso deste capítulo ir-se-ão descrever os conceitos-chave utilizados na presente investigação. De seguida apresentar-se-ão as hipóteses que serviram de base à investigação empírica. Por conseguinte, após a formulação das hipóteses será apresentado um modelo de análise coerente e unificado para a investigação empírica que se pretende desenvolver, o qual resulta da articulação dos conceitos, previamente referidos, com as hipóteses. Iremos apresentar, no mesmo seguimento, a metodologia de investigação que irá servir de suporte ao nosso estudo. De forma a justificar as opções adotadas serão abordados e esclarecidos alguns conceitos teóricos, relevantes, dando como exemplo, os conceitos de população, amostra e inquérito por questionário. Será de realçar que a metodologia é uma das componentes fundamentais em investigação surgindo como o suporte para atingir os objetivos de um trabalho de investigação. De acordo com Lourenço (2004) e Ribeiro (2010), refere-se à descrição e análise dos métodos científicos, às suas potencialidades e limites, assim como aos pressupostos subjacentes à sua aplicação. Segundo Fortin (2009), a metodologia é considerada como um conjunto de métodos e de técnicas que orientam, e servem de suporte, para a elaboração do processo de investigação científica.

Desta forma, ir-se-á efetuar, ao longo deste capítulo, uma seleção dos conceitos teóricos, na secção 4.2, sendo descritas as questões de investigação. Na secção 4.3. apresentar-se-á o modelo de análise, efetuando-se a esquematização do modelo, na secção 4.3.1, e a análise das dimensões e variáveis do modelo, na secção 4.3.2. Na secção 4.4, será descrita a metodologia de investigação, sendo na secção 4.5. apresentada a população e a amostra do trabalho de investigação, abordando na secção 4.6, os conceitos e os objetivos da análise fatorial, e culminando com uma síntese do capítulo na secção 4.7.

4.2 Questões de Investigação

Segundo Reynolds e White (1997) e Wagner (2004), os empreendedores nascentes são as pessoas envolvidas na criação de novos negócios. Por conseguinte, segundo Veciana

(2006, 2008) e Simões *et al.* (2017), o nível educacional dos empreendedores terá um lado positivo aquando a utilização dos conselhos profissionais emanados pela rede de inovação (instituições de ensino superior). Outras investigações, mais recentemente, focalizaram na relevância de diferentes características como a idade, o género, a origem, a religião, o nível de estudos, a experiência profissional, entre outras variáveis (Storey, 1994 e Simões *et al.*, 2017). Estas são, geralmente, denominadas de variáveis demográficas (Robinson *et al.*, 1991). Inclusivamente, Naia (2009) realça a influência da exposição ao empreendedorismo durante a infância, por meio dos negócios de família.

Será relevante destacar que, como foi anteriormente mencionado, existe uma terceira perspetiva, uma vez que a decisão de se tornar empreendedor pode ser, plausivelmente, considerada como voluntária e consciente (Krueger *et al.*, 2000), sendo razoável analisar a decisão tomada.

Neste sentido, a intenção empreendedora, segundo Fayolle e Gailly (2004) e Simões *et al.* (2017) será um elemento prévio e determinante do comportamento empreendedor. Por sua vez, a intenção de realizar um determinado comportamento dependerá das atitudes pessoais face a esse comportamento (Ajzen, 1991). Uma atitude mais favorável aumentaria a intenção de a realizar.

De forma conclusiva, Espíritu e Sastre (2007) consideraram que os traços de personalidade, valores, fatores sociodemográficos e preparação académica são características que têm uma influência positiva nas intenções empreendedoras dos estudantes.

Assim, da análise dos conceitos teóricos e das variáveis mais relevantes, bem como da revisão da literatura, a principal questão de investigação que se coloca é a seguinte: será que a Escola Superior de Gestão de Tomar (ESGT) impulsiona o surgimento de empreendedores através dos fatores fomentadores de atividades empreendedoras? Com a investigação empírica procura-se responder às seguintes questões:

i. Quais as características gerais dos empreendedores? Identificar as discrepâncias de género e de idade, bem como as características gerais dos diferentes empreendedores, oriundos de diversas áreas científicas.

ii. Qual os fatores que fomentam atividades empreendedoras? A forma como a instituição encara o tema da criação de empresas, o que sabe e quais as atitudes e as práticas face ao mesmo.

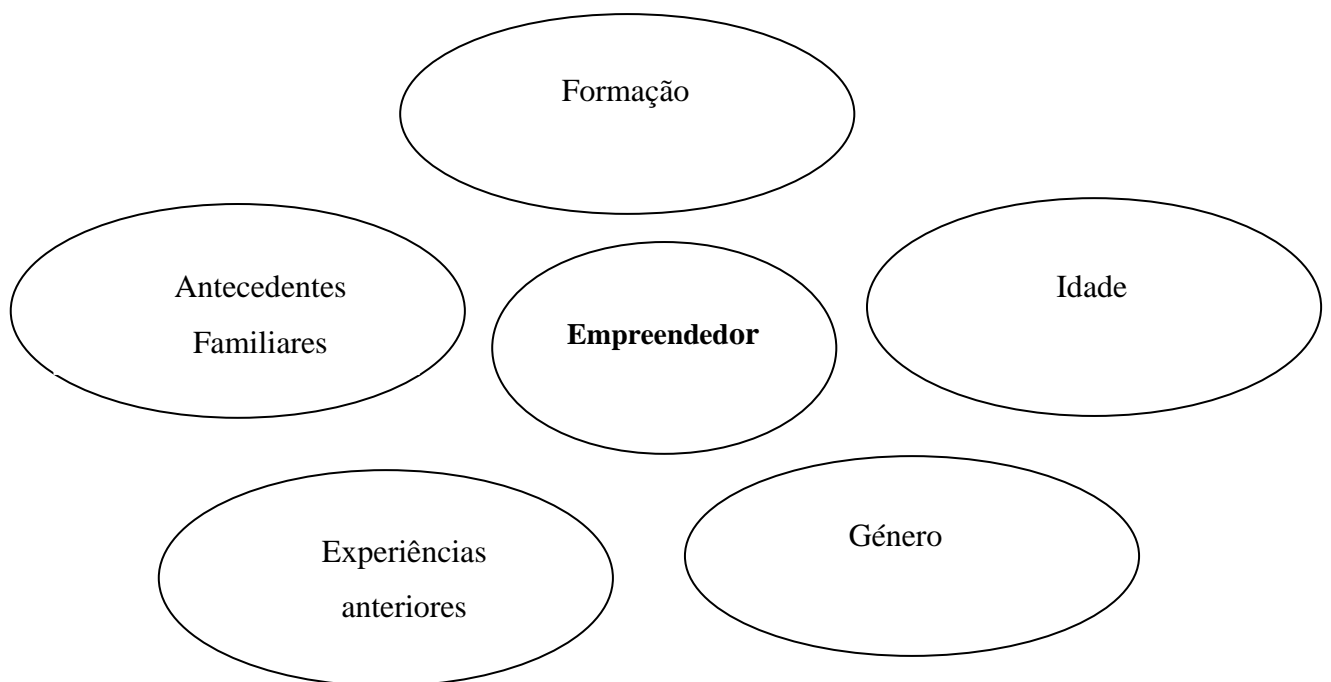
4.3 Modelo de Análise

O modelo de análise será um conjunto de conceitos logicamente articulados entre si por relações presumidas. Por conseguinte, identificados os conceitos teóricos e as variáveis mais relevantes, torna-se agora exequível elaborar o modelo de análise, a sua esquematização e a apresentação das dimensões e das variáveis.

4.3.1 Esquematização do Modelo

Após a revisão de literatura, e com base na mesma, constata-se que os empreendedores são influenciados por um conjunto, vasto e complexo, de fatores, tanto internos como externos. Para analisar quais os fatores que podem impulsionar ou limitar a capacidade empreendedora dos estudantes da ESGT foi elaborado um modelo, ver figura 2.

Figura 2 – Fatores impulsionadores e limitadores da capacidade empreendedora



Fonte: adaptado de Simões *et al.* (2017)

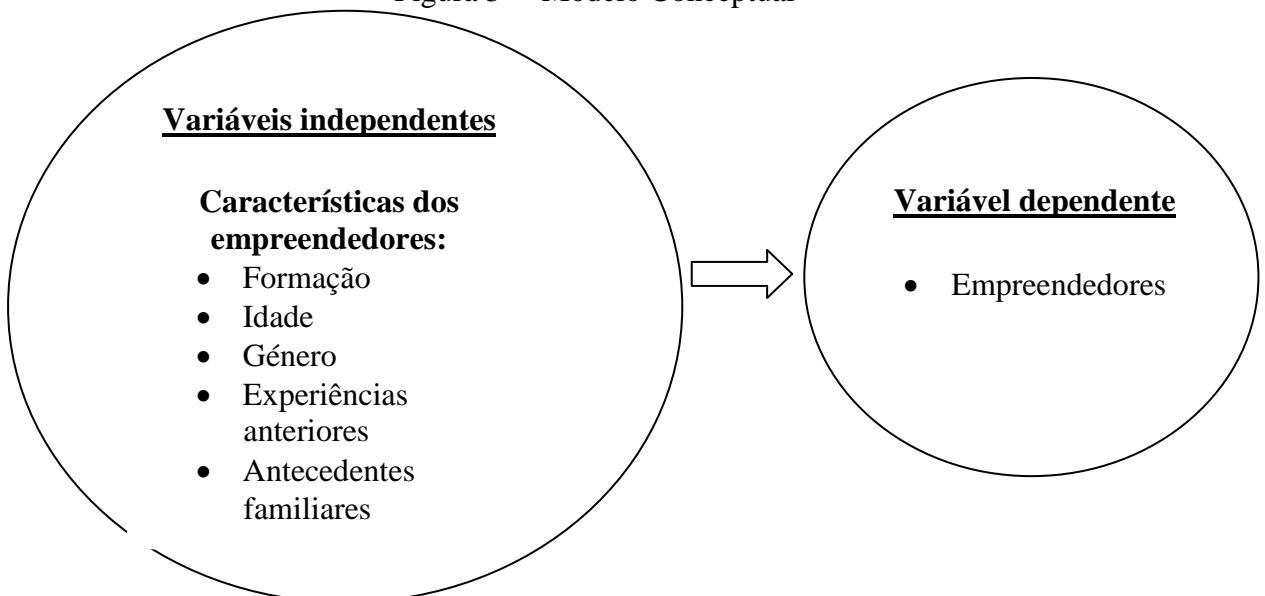
Assim, o empreendedor será a unidade de análise, pretendendo-se, desta forma, aprofundar o conhecimento sobre o indivíduo que se envolve no processo da criação de empresas e que toma, ou não, a decisão de criar a empresa. Neste seguimento, torna-se relevante analisar algumas características, que poderão influenciar a sua decisão de criar uma empresa, mais concretamente, as características a analisar serão:

- A formação;
- A idade;
- O género;
- As experiências anteriores;
- Os antecedentes familiares.

4.3.2 Dimensões e variáveis do modelo

O modelo conceptual da investigação possui como objetivo principal aferir se o estudante se irá tornar um empreendedor impulsionado pelas características identificadas na figura abaixo, considerando como variável dependente os empreendedores e como variáveis independentes, ou seja, explicativas, as características dos empreendedores supra mencionadas.

Figura 3 – Modelo Conceptual



Fonte: adaptado de Simões *et al.* (2017)

As características dos empreendedores são representadas por variáveis relacionadas com as características que influenciam o despertar de empreendedores, como o nível de formação, a idade, o género, as experiências anteriores e os antecedentes familiares. Este modelo conceptual apresentado pressupõe que as características identificadas influenciam o estudante a tornar-se um empreendedor, sendo estas mesmas características demonstradas nos capítulos seguintes do nosso trabalho de investigação.

4.4 Metodologia de Investigação

Segundo Fortin (2009) a seleção do método a utilizar resulta de vários fatores, sendo o método de investigação quantitativo, um processo sistemático de colheitas de dados observáveis e quantificáveis. Será suportado em factos objetivos, acontecimentos e fenómenos que existem independentemente do investigador. O investigador, desta forma, adota um processo ordenado, que o leva a percorrer uma série de etapas, desde a definição dos problemas à obtenção dos resultados.

De acordo com Beaglehole *et al.* (2010), cada investigação deve possuir um objetivo muito claro para ser válida. A pesquisa necessita de ter um questionário bem elaborado, uma amostra de tamanho apropriado e uma boa taxa de resposta.

A metodologia de investigação adotada, neste trabalho de investigação, foi o estudo de caso, em que segundo Yin (2005), cada estratégia de pesquisa representa uma maneira diferente de recolher e analisar dados, seguindo a sua própria lógica, apresentando, cada uma, vantagens e desvantagens. Por conseguinte, segundo o mesmo autor, o que diferencia cada estratégia são três condições: o tipo de questão proposta para a pesquisa, a extensão do controlo que o investigador tem sobre os eventos e o grau de enfoque em acontecimentos contemporâneos em oposição a acontecimentos históricos. Neste método de estudo o que se visa, segundo Yin (2005), seria investigar, como uma unidade, as características do objeto da pesquisa dirigido a uma unidade particular, uma ou várias organizações, ou grupos dentro de uma organização com vista a uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenómeno. Assim, de acordo com Yin (2005), não é um método propriamente dito, mas uma estratégia de pesquisa e a sua capacidade de explorar

processos sociais à medida que estes ocorrem nas organizações e permitem uma análise processual, contextual e longitudinal do significado das ações.

Para Yin (2005), o estudo de caso representa uma investigação empírica e considera o planeamento, a colheita e a análise de dados. Este método de estudo é específico da pesquisa de campo, pois contempla investigações que ocorrem sem qualquer interferência significativa do pesquisador e quando o tipo de questão de pesquisa é da forma do como e porquê. Segundo o mesmo autor, esta estratégia é adotada quando o investigador tem pouco controlo sobre os acontecimentos e quando o foco se situa entre fenómenos inseridos num contexto da vida real. O objetivo será compreender a situação em estudo e, ao mesmo tempo, desenvolver teorias mais generalistas das características do fenómeno observado.

Segundo Beaglehole *et al.* (2010), pelo carácter flexível do seu planeamento, o estudo de caso proporciona novas descobertas, enfatiza a multiplicidade das dimensões de um problema, focalizando-se como um todo e apresentando uma simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre estes.

4.5 População e amostra

De acordo com Vieira e Hoffman (1986) entende-se por população o conjunto de elementos que possuem, em comum, determinadas características. Uma população pode ser finita ou infinita, consoante seja finito ou infinito o número de elementos que a compõem. Para Fortin (2009), a população é o conjunto de todos os sujeitos ou outros elementos de um grupo bem definido tendo em comum, uma ou várias características semelhantes e sobre o qual assenta a investigação.

Para conhecer bem as propriedades de uma população é necessário analisar todos os seus elementos, contudo, nem sempre é possível fazê-lo. São várias as razões, sendo que esta impossibilidade pode dever-se ao facto de a população ser infinita ou simplesmente por falta de recursos (tempo ou custos) (Fernandes, 1999). Desta forma, esta investigação incidirá sobre um subconjunto finito de elementos que seja representativo da população. A este subconjunto chama-se amostra.

A amostra, segundo Gil (2008), é um subconjunto da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características dessa população. Assim, segundo o investigador, num estudo de caso a escolha da amostra adquire um sentido muito particular. De facto a seleção da amostra é fundamental, pois constitui o cerne da investigação. Por conseguinte, a constituição da amostra é sempre intencional baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos, em detrimento dos critérios probabilísticos, procurando as variações máximas e não a uniformidade.

Assim, de forma resumida, uma amostra é qualquer conjunto de elementos, retirado da população, desde que esse conjunto seja não-vazio e tenha menor número de elementos do que a população, sendo os métodos para selecionar uma amostra, designados por métodos de amostragem, podem ser classificados em aleatórios ou não aleatórios. Os métodos de amostragem aleatória, mais comuns são: a amostragem aleatória simples, a amostragem sistemática, a amostragem estratificada, a amostragem por *clusters* e a amostragem multi-etapas.

Para Vieira (2008), num processo de amostragem aleatória simples, a amostra é selecionada por um processo de seleção puramente casual, no qual cada elemento da população tem a mesma probabilidade de ser escolhido para fazer parte da amostra.

Para Bacelar (1999) e Alves (2006), a amostragem aleatória sistemática é uma variante da amostragem aleatória simples, que se utiliza quando os elementos da população se encontram organizados de forma sequencial. Os elementos que compõem a população estão dispostos numa lista numerada. Começa-se por determinar o intervalo de amostragem, k , e de seguida seleciona-se aleatoriamente um elemento de entre os primeiros k elementos, digamos o elemento r . Partindo desse elemento e adicionando sucessivamente o valor k , encontramos a posição que ocupam os restantes elementos que vão constituir a amostra. Assim, a amostra é constituída pelos elementos que ocupam as posições $r, r+k, r+2k, \dots, r+(n-1)k$ da listagem da população.

Num processo de amostragem estratificada, de acordo com Szwarcwald & Damacena (2008), a população é dividida em subgrupos homogéneos para determinadas características. Estes subgrupos não se intercetam e totalizam a população, sendo cada uma das subdivisões populacionais denominada de estrato. Este tipo de amostragem é

recomendado quando se deseja obter estimativas com certa precisão para cada uma das subdivisões. Num processo de amostragem estratificada a amostra é selecionada em três etapas: a) definir os estratos, b) selecionar os elementos dentro de cada estrato mediante um processo aleatório simples e c) conjugar os elementos selecionados em cada estrato, que na sua totalidade constituem a amostra (Alves, 2006).

Uma amostragem aleatória por *clusters*, de acordo com Alves (2006), é útil quando o universo estatístico é formado por populações de grande dimensão, dispersas por várias regiões geográficas. Este tipo de amostragem usa agrupamentos naturais de elementos da população, nos quais cada elemento da população pertence a um só grupo. Os *clusters* são escolhidos aleatoriamente e dentro de cada cluster todos os elementos são selecionados ou seja, só existe uma etapa de amostragem, estando esta orientada para a seleção de grupos de elementos e não de elementos individuais.

No que concerne a uma amostragem multi-etapas, a mesma, conjuga a amostragem de *clusters*, em que a unidade de amostragem se situa a um nível supra-individual, com um dos três procedimentos descritos em que a unidade de amostragem é o indivíduo (amostragem simples, sistemática e estratificada). O procedimento consiste em dividir a população em *clusters* e em seguida selecionar aleatoriamente alguns desses *clusters*. Se o processo parar por aqui, todos os elementos dos *clusters* são selecionados. Caso não pare por aqui, um processo de escolha aleatória é feito em cada etapa até se chegar aos elementos finais (amostragem multi-etapas) (Alves, 2006).

Assim, os métodos de amostragem não aleatórios mais comuns são: a amostragem intencional, a amostragem *Snowball* ou Bola de Neve, a amostragem por Quotas e a amostragem por conveniência.

Uma amostragem intencional é constituída por elementos selecionados, de forma intencional, pelo investigador. A amostra selecionada pode não ser típica da população, mas será para o investigador. Esta existe, quando a seleção dos indivíduos é feita não tanto pela representatividade mas, porque eles podem prestar a colaboração de que se necessita (Vieira, 2008). De acordo com Alves (2006), este tipo de amostragem pode ser aplicado, com sucesso, em estudos exploratórios, amostras de dimensão reduzida, entre outros.

De acordo com Vieira (2008), a amostragem *Snowball* ou Bola de Neve é uma forma de amostragem intencional em que o investigador solicita a cada indivíduo, após ser entrevistado, nomes de outros indivíduos que podem ser igualmente inquiridos. Esta vai crescendo, como uma bola de neve, pois vai aumentando à medida que os inquiridos identificam outros potenciais respondentes. Uma das desvantagens deste tipo de amostragem é que os indivíduos geralmente indicam o nome de pessoas próximas, o que pode resultar numa amostra de pessoas que tenham comportamentos semelhantes aos da pessoa que os indicou.

A amostragem por Quotas é utilizada fundamentalmente, pela impossibilidade de obter listagens da população. Neste tipo de amostragem a amostra é selecionada para que, na amostra, a proporção de elementos que possuem uma determinada característica seja aproximadamente igual à proporção de indivíduos na população que possuem essa mesma característica (Vieira, 2008).

Na amostragem por conveniência, segundo Vieira (2008), a mesma ocorre quando a participação é voluntária ou os elementos são escolhidos por uma questão de conveniência (muitas vezes, os amigos dos amigos) os elementos são escolhidos, devido ao facto de se encontrarem onde os dados estão a ser recolhidos, sendo a sua participação, no estudo, um pouco como accidental. São exemplos disso, inquéritos de rua em que são favorecidos na amostragem, os indivíduos que passaram perto do entrevistador, durante o momento em que a recolha da informação estava a ser feita, inquérito a amigos e conhecidos, entre outros.

Assim, os métodos probabilísticos são preferíveis aos não probabilísticos. No entanto para a realização deste estudo, e como este depende da participação voluntária dos alunos, a amostragem por conveniência foi a única possível de ser utilizada. Neste seguimento, a população é constituída pelos alunos da Escola Superior de Gestão, que frequentam os cursos que ministram formação na área de empreendedorismo no ano letivo 2018/2019 e a amostra foi baseada em critérios de conveniência. De acordo com os dados, a população é constituída por 656 alunos e a amostra é constituída por 258 alunos, que constituem, cerca de, 39% da população em estudo (tabela 17).

Tabela 17 - Relação entre população e amostra

Oferta Formativa	População	Amostra
Mestrados	83	43
Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural	9	0
Gestão de Recursos Humanos	31	15
Gestão	30	25
Auditoria e Finanças	13	3
Licenciaturas	482	192
Contabilidade	52	27
Gestão de Empresas	206	67
Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional	120	63
Gestão Turística e Cultural	104	35
Cursos Técnicos Superiores Profissionais	91	23
Contabilidade e Fiscalidade	0	0
Contabilidade e Gestão	29	11
Gestão Administrativa de Recursos Humanos	26	0
Gestão Comercial e Vendas	10	4
Produção de Atividades para o Turismo Cultural	26	8
Total	656	258

Fonte: Elaboração própria

Como instrumento de recolha de dados, utilizou-se um questionário, sendo este introduzido em números e existindo decisões prévias (estatística descritiva e análise fatorial) sobre a futura apresentação dos mesmos. Por conseguinte e como anteriormente mencionado, existem métodos que indicam os meios técnicos da investigação e que têm por objetivo fornecer ao investigador os meios necessários para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos factos reais. Assim, o inquérito por questionário foi a técnica de recolha de dados utilizada, sendo que um questionário será extremamente útil quando um investigador pretende recolher informação sobre um determinado tema. A relevância dos questionários passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto. Estes podem ser de natureza social, económica, familiar, profissional, relativos às suas opiniões, à atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema (Gil, 2008). A linguagem utilizada

no questionário deve ser simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está a ser questionado.

O questionário, segundo Gil (2008), apresenta inúmeras vantagens, tais como: a) possibilita atingir um grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado por correio; b) implica menores gastos com pessoas, dado que não exige uma formação específica dos investigadores; c) garante anonimato nas respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem convincente; e) não expõe os inquiridos à influência das opiniões e do aspeto pessoal do entrevistador.

O questionário, de acordo com o mesmo investigador, Gil (2008), enquanto instrumento de pesquisa também apresenta limitações tais como: a) exclui pessoas que não sabem ler ou escrever; b) impede auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas; c) não oferece a garantia de que a maioria das pessoas o devolve devidamente preenchido; d) envolve, regra geral, um número relativamente pequeno de perguntas, porque questionários muito extensos apresentam uma alta probabilidade de não serem respondidos; e) proporciona resultados bastante críticos em relação à subjetividade, pois os itens podem ter significado diferente para cada sujeito.

Assim, foram realizados um conjunto de questionários, para os diversos cursos da Escola Superior de Gestão, possuidores do domínio de conhecimento do empreendedorismo, tendo sido utilizado o questionário de Simões (2010). Por conseguinte, e tendo este mesmo investigador validado o questionário, o mesmo é constituído por três partes: a primeira, de questões abertas e fechadas, de caracterização da amostra; a segunda parte sobre as formas de atividades empreendedoras e a terceira parte sobre as modalidades de formação. Assim, a primeira parte do questionário visa a caracterização pessoal, sociocultural e familiar do estudante e a identificação do ano e curso que frequenta. Também procura descobrir as intenções empreendedoras de iniciativa empresarial, a iniciativa de iniciar um novo negócio e o setor de atividade. Na segunda parte (que incluía uma escala tipo *Likert*, 1= *discordo totalmente*; 2= *discordo*; 3= *indeciso*; 4= *concordo*; 5= *concordo totalmente*), tem como objetivos identificar a melhor forma da escola fomentar atividades empreendedoras. Com a terceira parte pretendia-se conhecer a opinião

dos participantes relativamente às modalidades de formação tendo em conta o desenvolvimento de ideias de negócio, bom como à criação de empresas.

4.6 Conceitos e objetivos da análise fatorial

Segundo Pereira (2004), a análise fatorial é considerada como uma técnica estatística que visa exprimir a correlação entre as variáveis observáveis, através da redução do número de variáveis necessárias para as descrever. Porém, para que serve a análise fatorial? De acordo com King (2001) e Figueiredo e Silva (2010) no modelo da análise fatorial, existem várias variáveis observadas cujo objetivo será criar fatores subjacentes não observados, ou seja, a principal função é a de reduzir uma grande quantidade de variáveis observadas num menor número de fatores, dado que Hair *et al.* (2006) definem fator como a combinação linear das variáveis (estatísticas) originais. Para Malhotra (2008), a análise fatorial é um nome genérico que denota uma classe de processos utilizados essencialmente para a redução e para a sumarização dos dados, sendo que, na pesquisa em questão, pode haver um grande número de variáveis, a maioria delas correlacionadas e que devem ser reduzidas a um nível capaz de ser gerido.

Assim, segundo Saad (2009), a análise fatorial possui como principais objetivos: a) analisar as inter-relações entre um grande número de variáveis em termos de poucas, mas não observáveis, variáveis chamadas fatores e b) verificar se é possível descrever um conjunto de p variáveis em um conjunto menor de índices ou fatores que explicam tanto sobre o fenómeno, que o conjunto original. Para Malhotra (2008), utiliza-se a análise fatorial nas seguintes circunstâncias: a) para identificar dimensões latentes ou fatores que expliquem as correlações entre um conjunto de variáveis; b) para identificar um conjunto novo, menor, de variáveis não-correlacionadas para substituir o conjunto original de variáveis correlacionadas na análise multivariada subsequente – regressão ou análise discriminante; c) para identificar, em um conjunto maior, um conjunto menor de variáveis que se destacam para uso em análise multivariada subsequente.

Antes da aplicação da análise fatorial, consideram-se algumas premissas com relação à natureza dos dados, em que de acordo com Saad (2009), o princípio da análise fatorial pressupõe que cada variável pode ser decomposta em uma parte comum, onde a

sua variação é partilhada com outras variáveis, e uma parte única, onde a sua variação é específica.

Por conseguinte, para efetuar uma análise fatorial é necessário que as variáveis originais estejam correlacionadas, segundo Estanqueiro (2014), sendo que o teste de esfericidade de Bartlett testa a hipótese de que a matriz de correlações é uma matriz identidade, indicando assim que as variáveis não estão correlacionadas entre si. Assim, para que se possa fazer uma análise fatorial é necessário que se rejeite a hipótese nula do teste de esfericidade de Bartlett.

Uma outra medida de adequação dos dados à análise fatorial, de acordo com Marôco (2011), é dada pela estatística de Kaiser-Meyes-Olkin (KMO – *Kaiser-Meyes-Olkin Measure of Sampling Adequacy*). O seu valor varia entre 0 e 1 e pode ser interpretado como níveis de adequação relativamente à análise fatorial de acordo com:

-]0,9; 1,0]: adequação excelente;
-]0,8; 0,9]: adequação boa;
-]0,7; 0,8]: adequação média;
-]0,6; 0,7]: adequação medíocre;
-]0,5; 0,6]: má adequação, mas ainda aceitável.
- $\leq 0,5$: adequação inaceitável.

Outro conceito associado à análise fatorial, segundo Marôco (2011), é o de *Measure os sampling adequacy* (MSA) ou comunalidade. As comunalidades são índices atribuídos às variáveis originais que expressam, em termos percentuais, o quanto da variabilidade de cada variável é explicada pelo modelo de análise fatorial. Estas medidas podem ser interpretadas como uma particularização da KMO para cada uma das variáveis presentes na análise. Valores de comunalidade inferiores a 0.5 indicam que essa variável não se ajusta à estrutura definida pelas outras variáveis, e nesse caso, deve-se considerar a sua eliminação da análise fatorial.

Exceto no caso em que, em virtude de conhecimento prévio, o pesquisador sabe quantos fatores pode esperar, o que permite especificar o número de fatores a serem extraídos, este é um dos grandes desafios da análise fatorial. Para determinar o número de fatores a serem extraídos pode-se recorrer basicamente a três métodos: ao critério de

Kaiser, ao critério da percentagem da variância explicada e/ou ao *Scree test*. Através do critério de Kaiser selecionam-se os fatores com valor próprio associado maior ou igual a um. Pelo critério da percentagem da variância explicada o número de fatores é determinado de modo que expliquem uma percentagem pré-definida da variabilidade global, sendo comum usar como corte pelo menos os 50%. E por fim, pelo *Scree test*, seleciona-se o número de fatores que incrementam, de forma significativa, a variabilidade total (Hair *et al.*, 2006).

Por conseguinte, para a extração de fatores, segundo Marôco (2011), pode utilizar-se o método das componentes principais, o método da factorização do eixo principal ou o método da máxima verosimilhança. Os dois primeiros conduzem, na maior parte dos casos, à mesma estrutura fatorial, sendo que o método das componentes principais é o mais vulgarmente utilizado. O método da máxima verosimilhança exige que as variáveis em estudo apresentem distribuição Normal multivariada, o que nem sempre é fácil de validar, razão pela qual este método é pouco recomendado.

De forma resumida e concluindo, pode-se explicar duas abordagens, básicas, da análise fatorial que são a análise de componentes principais e a análise fatorial comum, sendo que na análise de componentes principais, leva-se em conta a variância total. Recomenda-se, de acordo com Malhotra (2004), a análise de componentes principais quando o objetivo principal do pesquisador é determinar o número mínimo de fatores que responderão pela variância máxima nos dados a serem usados numa análise multivariada subsequente. Na análise fatorial comum, os dados são estimados apenas com base na variância comum. Este método é apropriado quando a preocupação é identificar as dimensões latentes e quando há interesse na variância comum. O número de fatores a extraírem-se pode ser determinado à priori ou com base em auto valores, gráficos de declive, percentagem de variância, confiabilidade meio a meio ou testes de significância. Embora a matriz inicial (ou não rotada) de fatores indique a relação entre os fatores e variáveis individuais, raramente resulta em fatores que podem ser interpretados, porque os fatores são correlacionados com muitas variáveis. Logo, utiliza-se a rotação para transformar a matriz de fatores numa matriz mais fácil e simples de interpretar. De acordo com Malhotra (2004), o método de rotação mais usado é o processo varimax, que resulta

em fatores ortogonais. Mas, se os fatores são altamente correlacionados na população, pode-se utilizar a rotação oblíqua. A matriz rotada de fatores constitui a base para a interpretação dos fatores. Podem-se, para cada entrevistado, calcular scores fatoriais.

4.7 Síntese

Os empreendedores resultam de determinadas características tais como: a idade, género, experiências anteriores, antecedentes familiares e nível de formação, que podem influenciar a sua decisão de criação de empresas. Da análise dos conceitos teóricos e destas variáveis, elaboraram-se hipóteses teóricas, que constituem o fundamento das hipóteses para serem testadas empiricamente, baseadas na investigação de Simões et al. (2017).

Com base na revisão da literatura efetuada sobre os empreendedores, e os seus fatores potenciadores, elaborou-se um modelo conceptual da investigação, contemplando como variável dependente os empreendedores e como variáveis explicativas (independentes) as características dos empreendedores supra mencionadas (idade, género, experiências anteriores, antecedentes familiares e nível de formação). Este modelo conceptual proposto pressupõe que as características identificadas influenciam o estudante a tornar-se um empreendedor.

A metodologia de investigação a adotar foi o estudo caso, sendo que não existe a manipulação das condições, mas sim a descrição de fenómenos da população visada. Relativamente à população, a mesma é constituída pelos alunos da Escola Superior de Gestão, que frequentam os cursos que ministram formação na área de empreendedorismo no ano letivo 2018/2019, tendo sido a amostra baseada em critérios de conveniência.

Assim, para a recolha de dados nesta investigação, foi elaborado um questionário, relacionando a importância do empreendedorismo nascente, com questões de respostas fechadas e abertas.

Os dados obtidos foram analisados através do *software* estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), elegendo-se a análise fatorial para fazer o tratamento dos dados, sendo a mesma entendida como um conjunto de técnicas estatísticas que visa explicar a correlação entre as variáveis observáveis, simplificando os dados através da redução do número de variáveis necessárias para os descrever (Pestana e Gageiro, 2005).

De acordo com os dados recolhidos, a população é constituída por 656 alunos e a amostra cerca de 39% da população em estudo.

5. Análise e discussão dos resultados

5.1 Introdução

Ao longo deste capítulo iremos descrever os resultados obtidos com os questionários rececionados. Assim, iremos apresentar uma análise descritiva relativamente às diversas respostas patentes nos questionários recebidos. Realce-se que se tratará apenas de uma análise estatística descritiva, com o objetivo de, apenas, efetuar uma primeira distinção, relativamente às diversas respostas obtidas.

Iremos, no mesmo seguimento, no decurso deste capítulo analisar, em termos de análise fatorial, os resultados obtidos com os questionários recebidos, tendo os mesmos sido preenchidos pelos empreendedores, oriundos dos diversos cursos que possuem disciplinas de empreendedorismo. Será de realçar que o objetivo, principal, não será o de efetuar uma análise fatorial a todas as questões presentes no questionário, pois nem todas permitem retirar conclusões válidas, mas sim atingir os objetivos da investigação. Assim, ir-se-á identificar qual a perceção dos respondentes relativamente à atitude da instituição na criação de oportunidades de formação de empreendedorismo.

Desta forma, ir-se-á efetuar, ao longo deste capítulo, uma análise descritiva dos dados, na secção 5.2 e uma análise fatorial dos dados, na secção 5.3. Iremos culminar com uma síntese do capítulo na secção 5.4.

5.2 Análise descritiva dos dados

5.2.1 Descrição da amostra

Efetuuou-se a entrega de 656 questionários para os alunos dos diversos cursos da Escola Superior de Gestão de Tomar, que frequentaram a disciplina de empreendedorismo.

Foram entregues e validados 258 questionários, sendo 40 provenientes de alunos que frequentam Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTEPs), 160 provenientes de alunos que frequentam Licenciaturas e 58 provenientes de alunos que frequentam Mestrados. No que concerne ao género, ver tabela 18, verifica-se que 57% dos

questionários rececionados foram preenchidos por alunos do género feminino e 43% pelo masculino.

Tabela 18 - Representatividade da amostra: género

Género	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Feminino	27	10,5%	87	33,7%	33	12,8%	147	57,0%
Masculino	13	5,0%	73	28,3%	25	9,7%	111	43,0%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

No que concerne à idade constata-se, por meio da tabela 19, que a maioria dos alunos têm idades compreendidas entre os 20-25 anos independentemente do tipo de curso que frequentam, sendo 48,8% provenientes de Licenciaturas e 15,1% provenientes de CTEPs. Será de realçar que apenas 1,6% dos respondentes possuem uma faixa etária entre os 41-60 anos.

Tabela 19 - Representatividade da amostra: idade

Idade	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
20-25	39	15,1%	126	48,8%	15	5,8%	180	69,8%
26-30	1	0,4%	28	10,9%	35	13,6%	64	24,8%
31-40	0	0,0%	5	1,9%	5	1,9%	10	3,9%
41-60	0	0,0%	1	0,4%	3	1,2%	4	1,6%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão 3, que se apresentava no questionário, a mesma abordava se os alunos possuíam algum familiar próximo com um negócio e/ou empresa. No que concerne às respostas fornecida, podemos verificar na tabela 20, que cerca de 62,4% não possuem familiares com essas relações profissionais, sendo apenas que 37,6% dos inquiridos possuem essas mesmas ligações familiares.

Tabela 20 - Representatividade da amostra: familiar com negócio/empresa próprio

Familiar com negócio próprio	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Sim	26	10,1%	43	16,7%	28	10,9%	97	37,6%
Não	14	5,4%	117	45,3%	30	11,6%	161	62,4%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quanto à questão 4, que se apresentava no questionário, a mesma abordava qual a formação académica, que possuem, os alunos que frequentam os cursos, tendo-se constatado que verifica-se que a maioria, 123, apresenta estudos primários/secundários, sendo que, cerca de 21%, já possuem o grau de Licenciatura ou possuem um Curso Técnico Profissional (Tabela 21).

Tabela 21 - Representatividade da amostra: grau de formação académica que possui

Formação Académica	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Estudos Prim./Sec.	38	14,7%	85	32,9%	0	0,0%	123	47,7%
Estudos Técn./Prof	2	0,8%	51	19,8%	0	0,0%	53	20,5%
Bacharelato	0	0,0%	8	3,1%	0	0,0%	8	3,1%
Licenciatura	0	0,0%	15	5,8%	39	15,1%	54	20,9%
Outros	0	0,0%	1	0,4%	19	7,4%	20	7,8%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão 7, que se apresentava no questionário, a mesma abordava, na questão 7.1, qual a experiência que possuíam na criação de novas empresas. No que

concerne às respostas fornecidas, verifica-se que 90,3% dos respondentes não possuem experiência na criação de novas empresas, ver tabela 22.

Tabela 22 - Representatividade da amostra: qual a experiência anterior na criação de empresas

Experiência na criação de novas emp.	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Sim	0	0,0%	8	3,1%	17	6,6%	25	9,7%
Não	40	15,5%	152	58,9%	41	15,9%	233	90,3%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

No que concerne à questão 7.2, relativamente à experiência no setor de atividade, verifica-se que 98,8% dos respondentes, não têm experiência no setor de atividade que pretendem iniciar, ver tabela 23.

Tabela 23 - Representatividade da amostra: qual a experiência anterior no setor de atividade

Experiência no sector de actividade	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Sim	0	0,0%	2	0,8%	1	0,4%	3	1,2%
Não	40	15,5%	158	61,2%	57	22,1%	255	98,8%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão 7.3, que questionava se já tinha desempenhado funções de gestão e/ou direção, cerca de 72,5% dos inquiridos respondeu que não tinha desempenhado funções desse nível, em termos de organigrama, ver tabela 24. Porém, será de realçar que apesar das faixas etárias que responderam ao inquérito, bem como o nível de formação que

frequentam, será importante verificar que 27,5%, dos respondentes, assume que já desempenhou funções desse nível de responsabilidade.

Tabela 24 - Representatividade da amostra: desempenhou anteriormente funções de gestão

Funções de Gestão	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Sim	2	0,8%	42	16,3%	27	10,5%	71	27,5%
Não	38	14,7%	118	45,7%	31	12,0%	187	72,5%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Podemos assim concluir, com base na questão 7, que grande parte dos respondentes, a sua maioria em termos percentuais, não possuem experiência na criação de empresas, nem no setor de atividade, nem desempenhou funções de gestão e/ou direção.

Por meio da questão 8, que questionava se já tinha tentado iniciar um novo negócio e manifestado intenção de ser proprietário de parte ou da totalidade do mesmo, a maioria dos respondentes 80,2% referiu que não, ver tabela 25. Contudo, será de realçar que cerca de 19,8% assume que sim.

Tabela 25 - Representatividade da amostra: iniciativa empresarial

Iniciar negócio	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Sim	4	1,6%	29	11,2%	18	7,0%	51	19,8%
Não	36	14,0%	131	50,8%	40	15,5%	207	80,2%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

No que concerne ao tempo, mais concretamente, há quanto tempo efetuaram a realização desse negócio ou essa mesma intenção, a maioria dos inquiridos respondeu que seria há mais de 24 meses, ver tabela 26

Tabela 26 - Representatividade da amostra: iniciou um novo negócio

Há quanto tempo	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Até 12 meses	1	0,4%	4	1,6%	3	1,2%	8	3,1%
Mais de 24 meses	3	1,2%	25	9,7%	15	5,8%	43	16,7%
Não Respondeu	36	14,0%	131	50,8%	40	15,5%	207	80,2%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão 9, que se apresentava no questionário, a mesma abordava, qual o setor de atividade onde se inseria, ou se iria inserir a iniciativa empresarial e constatou-se que, na maioria das respostas, os inquiridos sugeriam o setor do comércio, ver tabela 27. Destaca-se que nesta questão, apenas responderam os inquiridos que na questão anterior, demonstraram possuírem a intenção de iniciar um negócio. Assim, como apenas e só, 51 inquiridos demonstraram essa intenção, da totalidade dos mesmos, 41 dos inquiridos demonstraram a intenção de realizarem essa iniciativa no setor do comércio.

Tabela 27 - Representatividade da amostra: setor de atividade

Sector	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Energia	0	0,0%	2	3,9%	2	3,9%	4	7,8%
Indústria	0	0,0%	1	2,0%	1	2,0%	2	3,9%
Comércio	0	0,0%	26	51,0%	15	29,4%	41	80,4%
Serviços	4	7,8%	0	0,0%	0	0,0%	4	7,8%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	4	7,8%	29	56,9%	18	35,3%	51	100,0%

Fonte: Elaboração própria

5.2.2 Formas de Atividades Empreendedoras

Relativamente à questão 10, a mesma servia de suporte a um dos objetivos da dissertação que seria o de tentar identificar as melhores formas para a Instituição fomentar

atividades empreendedoras. Essa mesma questão foi analisada nas tabelas seguintes, tabela 27, tabela 28 e tabela 29. Verifica-se que, das diversas opções de respostas presentes no inquérito por questionário, as mais mencionadas são as parcerias com entidades do mundo empresarial, bem como os cursos de empreendedorismo (propostas de ideias de negócios, elaboração de planos de negócios, entre outros) e os concursos (ideias de negócios, planos de negócios, entre outros). Para verificar a repartição das respostas, dado que os respondentes são oriundos de diferentes tipos de formação, estas respostas foram tratadas e serão analisadas por tipos de formação (CTESPs, Licenciaturas e Mestrados). Por conseguinte, os inquiridos, que frequentam CTESPs, referem, como as melhores, as seguintes formas para a Instituição fomentar atividades empreendedoras: as parcerias com entidades do mundo empresarial (17 respostas) e disciplinas integradas (13 respostas) (tabela 28).

Tabela 28 - Fatores para fomentar atividades empreendedoras

Curso Técnico Profissional												
Factores	Concordo Totalmente		Concordo		Não Conc. Nem Disc.		Discordo		Discordo Totalmente		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Conferências e Seminários	0	0,0%	2	5,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	5,0%
Publicação de Artigos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Publicação de Mat. Pedagógico	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Disciplinas Integradas	7	17,5%	6	15,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	13	32,5%
Cursos de Empreendedorismo	5	12,5%	3	7,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	8	20,0%
Concursos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Parcerias	7	17,5%	10	25,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	17	42,5%
Mestrados	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	19	47,5%	21	52,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	40	100,0%

Fonte: Elaboração própria

No que concerne aos inquiridos, que frequentam Licenciaturas, os mesmos referem, como as melhores, as seguintes formas para a Instituição fomentar atividades

empreendedoras: os cursos de empreendedorismo e as parcerias com entidades do mundo empresarial, ver tabela 29.

Tabela 29 - Fatores para fomentar atividades empreendedoras

Licenciaturas												
Factores	Concordo Totalmente		Concordo		Não Conc. Nem Disc.		Discordo		Discordo Totalmente		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Conferências e Seminários	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Publicação de Artigos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Publicação de Mat. Pedagógico	0	0,0%	3	1,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	1,9%
Disciplinas Integradas	5	3,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	3,1%
Cursos de Empreendedorismo	48	30,0%	5	3,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	53	33,1%
Concursos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Parcerias	89	55,6%	10	6,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	99	61,9%
Mestrados	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	142	88,8%	18	11,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	160	100,0%

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito aos inquiridos, que frequentam Mestrados os mesmos referem, como as melhores, as seguintes formas para a Instituição fomentar atividades empreendedoras: os concursos (ideias de negócios, planos de negócios, entre outros) e as parcerias com entidades do mundo empresarial, ver tabela 30.

Tabela 30 - Fatores para fomentar atividades empreendedoras

Factores	Mestrados											
	Concordo Totalmente		Concordo		Não Conc. Nem Disc.		Discordo		Discordo Totalmente		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Conferências e Seminários	11	19,0%	0	0,0%	1	1,7%	0	0,0%	0	0,0%	12	20,7%
Publicação de Artigos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Publicação de Mat. Pedagógico	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Disciplinas Integradas	2	3,4%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	3,4%
Cursos de Empreendedorismo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Concursos	16	27,6%	9	15,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	25	43,1%
Parcerias	5	8,6%	14	24,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	19	32,8%
Mestrados	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	34	58,6%	23	39,7%	1	1,7%	0	0,0%	0	0,0%	58	100,0%

Fonte: Elaboração própria

5.2.3 Modalidades de Formação

No que diz respeito ao inquérito por questionário, os inquiridos foram questionados para identificarem a modalidade de formação, e apenas uma, que lhe parecesse a mais atrativa para o futuro da sua Instituição, a que pertencem enquanto alunos. Esta questão, presente no inquérito por questionário, era a questão 11, e verificaram-se as seguintes respostas, ver tabela 31.

Tabela 31 - A modalidade de formação mais atrativa para o futuro da escola, visando o desenvolvimento da ideia, o plano de negócios e a decisão final

Modalidades de Formação	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Cursos de Mestrado	0	0,0%	47	18,2%	10	3,9%	57	22,1%
Cursos de curta duração	19	7,4%	24	9,3%	16	6,2%	59	22,9%
Cursos de Pós-Graduação e Especialização	21	8,1%	89	34,5%	32	12,4%	142	55,0%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Podemos, desta forma, verificar que, no que concerne às modalidades de formação, entendidas como as mais atrativas para o futuro da Instituição serão, os cursos de pós-graduação e cursos de especialização, com 55,0% dos respondentes a selecionarem os mesmos. Realce-se que no total, as respostas se tornam muito próximas no que se refere aos cursos de curta duração (22,9%) e os cursos de mestrado (22,1%).

Relativamente à duração que a modalidade de formação entendida como a mais atrativa para o futuro da escola, visando apoiar a criação de empresas, questionaram-se os alunos, por meio da pergunta 12 do questionário, estando as respostas presentes na tabela 32.

Tabela 32 - A modalidade de formação mais atrativa para o futuro da escola, visando apoiar a criação de empresas

Mod. Formação para Criação de Empresas	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Até 24 horas	5	1,9%	0	0,0%	0	0,0%	5	1,9%
Entre 25 e 75 horas	16	6,2%	38	14,7%	16	6,2%	70	27,1%
Superiores a 75 horas	19	7,4%	122	47,3%	42	16,3%	183	70,9%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Os inquiridos, na sua maioria (70,9%), consideram que a formação deve possuir uma duração superior a 75 horas. Por conseguinte, podemos considerar que esta resposta prende-se com a análise efetuada pelos respondentes, dado que quanto maior for o período da formação, maior e melhor será a quantidade de conhecimento transferido, tendo sido selecionada, neste seguimento, uma formação com um período de duração superior a 75 horas (tabela 32).

No que concerne ao local da formação escolhida para realizar a formação específica, visando apoiar a criação de empresas, esta mesma questão foi considerada no inquérito por questionário, por meio da questão 13, tendo sido as respostas conferidas pelos alunos presentes na tabela 33.

Tabela 33 - O local da formação escolhida para realizar a formação específica

Local de Formação	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Zona da escola	28	10,9%	128	49,6%	28	10,9%	184	71,3%
Zona da residência	12	4,7%	17	6,6%	8	3,1%	37	14,3%
Noutro local	0	0,0%	15	5,8%	22	8,5%	37	14,3%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Podemos desta forma considerar, tendo por base a informação presente na tabela 33, que o melhor local para ministrar a formação específica, visando apoiar a criação de empresas, será a zona da escola onde pertencem ou pertenceram os inquiridos (71,3%). Esta percentagem de respostas, no que se refere à Instituição, é muito positiva dado que os alunos reconhecem a importância da mesma, bem como reconhecem as competências e o profissionalismo que a mesma possui, seja no corpo docente, seja nos diversos serviços que presta à comunidade.

Por último, a questão 14, questionava em que medida o inquirido demonstrava interesse na formação em empreendedorismo antes do ensino superior, e em que altura, em termos de ensino. Esta mesma questão foi analisada por meio da tabela 34, em que

podemos verificar que, a grande maioria dos respondentes (89,9%), considera que deve ser antes do Ensino Secundário 10º a 12º ano.

Tabela 34 - Interesse na formação de empreendedorismo

Form. antes do Ensino Superior	Curso que frequentou							
	CTESPs		Licenciaturas		Mestrados		TOTAL	
	F	f	F	f	F	f	F	Σf
Ensino Secundário 5º a 9º ano	8	3,1%	18	7,0%	0	0,0%	26	10,1%
Ensino Secundário 10º a 12º ano	32	12,4%	142	55,0%	58	22,5%	232	89,9%
Total	40	15,5%	160	62,0%	58	22,5%	258	100,0%

Fonte: Elaboração própria

5.3. Análise fatorial dos dados

5.3.1 Análise fatorial das melhores opções para fomentar atividades empreendedoras

Um dos objetivos fulcrais, senão o mais relevante, da presente investigação consistia em analisar se as instituições de ensino, mais concretamente a que é alvo do nosso estudo, privilegiavam formas de promover atividades empreendedoras.

Por conseguinte, esta mesma análise permitiu identificar dois fatores explicativos de 55,4% do total da variância, demonstrado, por meio da tabela 35, os componentes principais na matriz fatorial após rotação.

Tabela 35 – Fatores para fomentar atividades empreendedoras

Variável	Comunalidade	Fator	Valor Próprio	% Variância	% Var. Acumulada
Conferências e seminários	0,263	1	3,189	39,868	39,9
Publicação de artigos de divulgação	0,733	2	1,24	15,5	55,4
Publicação de material pedagógico	0,691				
Disciplinas integradas	0,529				
Cursos de empreendedorismo	0,459				
Concursos	0,688				
Parcerias	0,676				
Mestrados	0,39				

Medida da adequabilidade da amostra Kaiser – Meyer – Olkin KMO = 0,800
 Teste da esfericidade de Bartlett =631,879, nível de significância $\alpha =0$

Por conseguinte, foram identificados dois fatores, em que, de acordo com a tabela 36, podemos verificar a forma como as variáveis se agruparam.

Tabela 36 – Fatores para fomentar atividades empreendedoras. Análise fatorial das variáveis

Variável	Fator 1	Fator 2
Disciplinas integradas	0,671	
Cursos de empreendedorismo	0,599	
Concursos	0,828	
Parcerias	0,822	
Mestrados	0,524	
Conferências e Seminários		0,511
Publicações de artigos de divulgação		0,835
Publicações Material pedagógico		0,768

Procedimento rotativo: varimax

Através da análise dos resultados presentes na tabela 36, podemos verificar que existem dois fatores principais na referência das melhores formas para fomentar atividades empreendedoras, os quais foram considerados por intermédio das respostas presentes no

inquérito que foi preenchido pelos alunos que frequentam as diferentes tipologias de formação (CTESPS, Licenciaturas e Mestrados). Neste seguimento, os dois fatores principais, bem como a sua composição são os seguintes:

Fator 1 - Cooperação e desenvolvimento – no que concerne às melhores formas para estimular a criação de empreendedores, por meio das respostas presentes no questionário recebido por parte dos alunos que frequentam os diferentes tipos de formação, podemos verificar, por meio da análise fatorial, que um dos principais fatores considera as parcerias com instituições de ensino superior reconhecidas com capacidade inovadora, os cursos de pós-graduação sem grau, os mestrados e as parcerias. Assim, a designação para este fator foi considerada como Cooperação e Desenvolvimento, pois refere-se a diversas formas de cooperação com outras organizações, em que estas formas pretendem fomentar atividades empreendedoras através de formações, com e sem grau, e consultoria, dirigidas para as necessidades específicas dos empreendedores;

Fator 2 - Investigação científica – no que diz respeito às melhores formas para estimular a criação de empreendedores, por meio das respostas presentes no questionário recebido por parte dos alunos que frequentam os diferentes tipos de formação, podemos verificar, por meio da análise fatorial, que um dos outros fatores, considerado não como o principal, considera as conferências e seminários, a publicação de artigos de divulgação e a publicação de material pedagógico. Assim, a designação para este fator foi considerada como Investigação Científica pois refere-se à publicação de artigos científicos, constituindo as variáveis que compõem este fator, uma forma de fomentar atividades empreendedoras.

Podemos desta forma concluir, quanto às melhores formas para as instituições fomentarem atividades empreendedoras, que a cooperação e desenvolvimento, que considera as parcerias com instituições de ensino superior reconhecidas com capacidade inovadora, os cursos de pós-graduação sem grau, os mestrados e as parcerias, são entendidas como a melhor forma, dado que, segundo os respondentes, irão satisfazer as suas necessidades específicas de empreendedores e serão uma excelente forma de incentivarem atividades empreendedoras.

5.4 Síntese

De acordo com os inquéritos por questionário recolhidos podemos verificar que a maior percentagem dos respondentes são do género feminino (57%), com idades compreendidas entre os 20 e os 25 anos (69,8%), independentemente do curso que frequentam (CTESPs, Licenciatura ou Mestrado).

Podemos ainda verificar, de acordo com os questionários recolhidos, que a maior percentagem dos respondentes não tem nenhum familiar com negócio próprio (62,4%). No que concerne à criação de empresas verifica-se que a maior percentagem dos respondentes, independentemente do tipo de formação a que pertencem/pertenceram, não possuem experiências anteriores nem na criação de empresas (90,3%), nem no setor de atividade onde desenvolvem a iniciativa empresarial (98,8%) e nem desempenharam funções de gestão anteriormente (72,5%). Também verificamos que a maior percentagem dos respondentes seleciona iniciativas empresariais, pertencentes ao setor de atividade do comércio.

No que diz respeito às modalidades de formação e às formas de atividades empreendedoras, o que nos possibilitou atingir um outro objetivo da investigação, sendo este o de identificar a atitude empreendedora, nos respondentes que frequentam cursos, sejam CTESPs, de Licenciatura ou de Mestrado, com disciplinas de empreendedorismo, podemos verificar que, relativamente a identificar a configuração da oferta formativa mais atrativa para as instituições de ensino superior, que os respondentes assumiram que a melhor forma seriam cursos de pós-graduação e cursos de especialização (55%). No mesmo seguimento, os inquiridos assumiram que a formação ministrada deve possuir uma duração superior a 75 horas (70,9%). Relativamente ao melhor local para ministrar a formação específica, com o objetivo de auxiliar a criação de empresas, será a zona da escola onde pertencem ou pertenceram, que os respondentes consideraram como o melhor local para ministrar essa mesma formação (71,3%).

Por último, no que consiste em identificar as formas e atividades que potenciam o surgimento de empreendedores, os respondentes assumiram que as formas de atividades empreendedoras utilizadas pelas escolas, de forma crescente de importância, serão as conferências e seminários, os cursos de empreendedorismo, a publicação de artigos de

divulgação e parcerias, porém, os resultados são distintos consoante o tipo de formação que frequentam, sejam CTESPS, Licenciaturas ou Mestrados. Relativamente à identificação dos fatores presentes na Instituição que fomenta as atividades empreendedoras, pode-se concluir que a cooperação e o desenvolvimento, que engloba as diversas formas de cooperação com outras organizações e a consultoria, são consideradas como a melhor forma.

6. Conclusões, limitações e sugestões para futuras investigações

6.1 Principais conclusões

Podemos concluir que o conceito de empreendedorismo se caracteriza pela sua polissemia, sendo o empreendedorismo uma característica essencial na atual sociedade, devendo ser fomentado, pela sua repercussão no tecido económico do país, por meio da criação de empregos. De acordo com Amorim (2013) existem dois tipos de empreendedorismo: o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo por oportunidade. Em ambas as situações, as organizações necessitam de profissionais empreendedores, com interesse no negócio e na gestão do conhecimento para, desta forma, ultrapassarem a barreira da concorrência e elevar a organização ao âmbito da inovação. Surgem, desta forma, três principais tipos de empreendedores: o empreendedor corporativo, o empreendedor *Start Up* e o empreendedor social.

De acordo com a revisão de literatura efetuada, o espírito empreendedor é, por conseguinte, uma característica distinta e não um traço de personalidade. Um indivíduo é definido como empreendedor quando procura constantemente a mudança e, quando a encontra, explora-a como oportunidade. Empreender não está relacionado especificamente com a economia ou com a psicologia, mas sim com o desenvolvimento académico de todas as atividades dos seres humanos, fomentado a criação de ferramentas para um desenvolvimento posterior (Pinto, 2013).

Assim, a investigação apresentada incidiu sobre uma Instituição de ensino superior, sendo que o ensino superior português possui dois grandes géneros de instituições, as universidades e os politécnicos, sendo que as universidades possuem como missão a gestão dos saberes acumulados durante séculos de observação e de pensamento, e os politécnicos possuem como missão proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, visando desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e, as suas aplicações, com vista ao exercício de atividades profissionais. Desta forma, o trabalho de investigação baseou-se nos alunos que frequentam uma Escola Superior pertencente a uma Instituição de Ensino Superior Politécnica, visando identificar a influência que a Instituição exerce para a criação de empresas, sendo os alunos a prova dessa mesma influência.

Por conseguinte, formulou-se o modelo conceptual, que teve por base a revisão de literatura efetuada, no qual se considerou que o surgimento dos empreendedores é influenciado por um vasto e complexo número de fatores, sendo as características dos empreendedores representadas por variáveis relacionadas com as características que influenciam o surgimento de empreendedores, realçando o nível de formação, a idade, o género, as experiências anteriores e os antecedentes familiares. A metodologia de investigação adotada foi o estudo caso, dado que não existiu a manipulação das condições, mas sim a descrição de fenómenos da população visada. No que concerne à população, a mesma foi constituída pelos alunos da Escola Superior, que frequentam os cursos que ministram formação na área de empreendedorismo no ano letivo 2018/2019, tendo sido a amostra baseada em critérios de conveniência. Para a recolha de dados foi elaborado um questionário, tendo sido os dados obtidos analisados através do SPSS.

Por último, podemos verificar, com base nos resultados obtidos, que a maior percentagem dos respondentes eram do género feminino, com idades compreendidas entre os 20 e os 25 anos, independentemente do curso que frequentam (CTESPs, Licenciatura ou Mestrado). Ainda concluímos que a maior percentagem dos respondentes não possuía nenhum familiar com negócio próprio, e no que concerne à criação de empresas verifica-se que a maior percentagem dos respondentes, independentemente do tipo de formação a que pertencem/pertenceram, não possuíam experiências anteriores nem na criação de empresas, nem no setor de atividade onde desenvolvem a iniciativa empresarial e nem desempenharam funções de gestão anteriormente. Relativamente às modalidades de formação e às formas de atividades empreendedoras, podemos verificar que, relativamente a identificar a configuração da oferta formativa mais atrativa para as instituições de ensino superior, que os respondentes assumiram que a melhor forma seriam cursos de pós-graduação e cursos de especialização, tendo assumido que a formação ministrada deveria possuir uma duração superior a 75 horas, sendo a zona da escola onde pertencem ou pertenceram, considerado como o melhor local para ministrar essa mesma formação.

Desta forma, podemos considerar que o estudo dos fatores influenciadores para o surgimento de empreendedores, se revela importante para a maioria das sociedades e das economias, mas sobre o qual ainda existe muito por descobrir. Para o desenvolvimento de

medidas, que permitam avançar com ações concretas relativamente à criação de empresas. Devido à componente dinâmica do referido processo, o estudo dos fatores que o influenciam será um trabalho que nunca se pode considerar terminado. Deve ser flexível e manter-se amplo, tendo em consideração que outros fatores podem ser incluídos e outras metodologias podem ser utilizadas, mas este é precisamente o sentido da investigação que possibilita o avanço do conhecimento científico. Assim, sendo os objetivos da nossa investigação, a identificação das características gerais dos empreendedores (discrepâncias de género e de idade, bem como as características gerais dos diferentes empreendedores) bem como os fatores que fomentam as atividades empreendedoras (a forma como as instituições encaram o tema da criação de empresas, o que sabem e quais as atitudes e as práticas face ao mesmo), identificamos que a Escola para fomentar e despertar novos empreendedores, deve reforçar a sua aposta na cooperação e desenvolvimento, que englobam as diversas formas de cooperação com outras organizações e consultoria, sendo entendidas como a melhor forma.

Conclui-se assim, que a Escola sobre a qual incidiu este trabalho de investigação, apoia o despertar de novos empreendedores, dado que apresenta uma série de fatores potenciadores de atividades empreendedoras, destacando, as várias parcerias que possui com entidades do mundo empresarial e a oferta de um leque variado de formações e atividades relacionadas com o empreendedorismo, bem como a prestação de serviços que desenvolve para o exterior da Instituição.

6.2 Limitações da investigação

Após a análise dos resultados apresentados, detetamos algumas limitações do trabalho de investigação desenvolvido e, nesse seguimento, podemos apresentar as mais relevantes tais como:

A Instituição abordada, dado que apenas foram objeto de estudo alunos dessa mesma Instituição, que frequentavam diferentes níveis de formação (CTESPs, Licenciaturas e Mestrados), no domínio de conhecimento da gestão, e dentro dos mesmos, nem todos aceitaram pertencer a esta investigação. Por conseguinte, uma das limitações foi a utilização de uma amostra do universo, ou seja, todos os alunos

oriundos dessa Instituição, e tal situação prendeu-se exclusivamente com a dimensão do universo ser muito amplo.

Por último, uma outra, relevante, limitação da nossa investigação científica resulta do modelo teórico proposto. Tratando-se de um modelo que possui as suas limitações, dado que considera apenas algumas das características dos empreendedores, podendo o mesmo, e devendo, em futuras investigações, incorporar novos fatores e novas variáveis, de forma a garantir uma maior amplitude do trabalho de investigação realizado.

6.3 Sugestões para futuras investigações

Após a investigação realizada, reconhecemos que será extremamente relevante que novos trabalhos de investigação científica se centrem em todas as Instituições de Ensino Superior, que possuam como objetivo na sua formação impulsionar a criação de empresas ou na análise de outras atividades, prestadas por essas mesmas Instituições, que possam apoiar as empresas constituídas a tornarem-se mais competitivas e, inclusivamente a surgirem em mercados europeus e internacionais.

Será ainda relevante, investigar as diversas formas que existem, para fomentar os empreendedores, bem como as que estão a ser consideradas, pelas instituições de ensino superior público e nas instituições de ensino superior privado, de forma a verificar quais as discrepâncias entre as existentes e as utilizadas, bem como entender a razão da não utilização de algumas dessas formas.

Podemos, desta forma, considerar após a apresentação dos principais resultados, bem como das suas limitações e propostas para futuras investigações, que os principais objetivos deste trabalho de investigação científica foram atingidos, tendo contribuído para o aprofundamento do estudo empreendedorismo.

Bibliografia

Ajzen, I. (1991). “The theory of planned behavior”, *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, Volume 50, pp. 179-211.

Alves, N. (2006). “Investigação por Inquérito”. Universidade dos Açores, Departamento de Matemática.

Amorim, R. S. (2013). *Educação para o Empreendedorismo nos Cursos de Licenciatura de Educação Social em Portugal*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Bacelar, S. (1999). “Amostragem nas Ciências Sociais – Relatório de Aula teórico prático”. Universidade do Porto, Faculdade de Economia

Bagão, Germano (1998-99). “O Sistema de Ensino desde a Antiguidade até à Implementação da República”, <http://www.malhatlantica.pt/germanobagao/ensino/html/intro1.htm> (5 de Março de 2019).

Baggio, A. F., & Baggio, D. K. (2014). *Empreendedorismo: Conceitos e Definições*. *Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, pp. 25-38.

Baron, R., & Shane, S. (2008). “*Entrepreneurship: A Process Perspective*”. Second Edition. Mason: Thomson South-Western.

Barreto, A (2000). “A situação social em Portugal 1960-1999”. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Volume 2.

Barreto, A. (1996). “A situação social em Portugal 1960-1995”. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Volume 1.

Beaglehole, R., Bonita, R. & Kjellstrom, T. (2010). “*Epidemiologia básica*”. 2ª Edição. Brasil, Santos Editora.

Bilau, J.J.D. (2007). “Criação e Financiamento Inicial da Empresa Inovadora: uma abordagem baseada na teoria do capital humano”, Tese de Doutoramento em Gestão, Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Cabrito, B.G. (2004a). “O Financiamento do Ensino Superior em Portugal: entre o Estado e o Mercado”. Educ. Soc., Volume 25, nº 88, pp. 977-996.

CIPES (2000). Diversificação e Diversidades dos Sistemas de Ensino Superior – o caso português. Responsáveis: Correia, Fernanda; Amaral, Alberto; Magalhães, Portuguesas. CIPES – Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior – Fundação das Universidades Portuguesas.

Coutinho, E. (2008). “Análise da propensão empreendedora dos estudantes das instituições de ensino superior do estado de Roraima – Brasil”. Dissertação de mestrado em Gestão, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Cruz, C. F. (2005). Os Motivos que Dificultam a Ação Empreendedora Conforme o Ciclo de Vida das Organizações. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Custódio, T. P. (2011). A Importância do Empreendedorismo Como Estratégia de Negócio. São Paulo: Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium.

Dantas, E. (2008).”Empreendedorismo e Intra-Empreendedorismo: é preciso aprender a voar com os pés no chão”. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/dantas-edmundo-empreendedorismo.pdf>, acessado a: 2/02/2013.

Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto. Diário da República nº188/73 I Série. Ministério da Educação Nacional.

Dees, J. G. (2001). The Meaning of Social Entrepreneurship. Disponível em: http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf, acessado a: 2/02/2013.

DGEEC (2019). “Vagas_e_Inscritos___Quadros_Estatisticos_versaoWEB”,<http://www.estatisticas.dgeec>.

DGESup (2019). O Ensino Superior em Portugal. Ministério da Educação – Direcção Geral do Ensino Superior, Lisboa.

Dornelas, J. C. A. (2003). Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro. Elsevier.

Drucker, P.F. (1985). “Innovation and Entrepreneurship”. Nova Iorque: Harper and Row.

Espíritu, R., & Sastre, M.A. (2007). “La actitud emprendedora durante la vida académica de los estudiantes universitarios”. Cuadernos de Estudios Empresariales, nº17, pp. 95-116.

Fatturi, K. C. (2013). Análise Histórica do Empreendedorismo. Rio de Janeiro: Centro Universitário da Zona Oeste.

Fernandes, E. (1999). “Estatística”. Universidade do Minho, Braga.

Figueiredo, D & Silva, J (2010). “Visão Além do Alcance: uma introdução à Análise fatorial Opinião Pública, volume 16, número 1, pp 160-185. ISSN 0104-6276.

Filion, L. (1999). “Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios”. Revista de Administração. São Paulo, volume 34, nº 2, abril/junho pp. 05-28

Fortin, M.F. (2009). “Fundamentos e etapas do processo de investigação”. Loures: Lusodidacta.

Gil, A.C. (2008). “Métodos e técnicas de pesquisa social”. 6ª Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo. Brasil.

Guerra, M. D. (2014). Plano de Negócio: Estudo de Caso da Empresa Frutembal. Tomar: Instituto Politécnico Tomar.

Hair, J., Black, W., Babin, B & Anderson, R. (2006). “Multivariate Data Analysis.” 6ª Edição. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall.

Hashimoto, M. (2009). *Organizações Intra-Empreendedoras: Construindo a Ponte Entre Clima Interno e Desempenho Superior*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

Hisrich, R. D.; Peters, M. P. (2004). “Empreendedorismo”. Porto Alegre: bookman. Pág 592.

Hisrich, R.D. (1986). “Entrepreneurship and Intrapreneurship Methods for Creating New Companies That Have an Impact on the Economic Renaissance of an Area”, in *Entrepreneurship, Intrapreneurship, and Venture Capital*, ed. Robert D. Hisrich (Lexington, Mass.: Lexington Books, p. 73.

King, G (2001). “How not to lie with statistics: Avoiding Common Mistakes in Quantitative Political Science”. Disponível em: <http://gking.harvard.edu/files/gking/files/mist.pdf>, acessado em 21 de Março de 2014

Kirby, D., (2002). “Entrepreneurship education: can business schools meet the challenge?” *International Council for Small Business. The 47th World Conference, San Juan, June 16-19*, p. 202.

Krueger, N.F., Reilly, M.D. & Carsrud, A.L. (2000). “Competing models of entrepreneurial intentions”. *Journal of Business Venturing*, Volume 15, nº 5/6, pp. 411-432.

Landstrom, H. (1999). “The Roots of Entrepreneurship Research”. *Journal of Entrepreneurship*. Fall 1999. Volume 2, Iss. 2; pp. 9-12.

Lei n.º 5/73, de 25 de Julho. *Diário da República nº173/73 I Série*. Presidência da República.

Leite, A. & Oliveira, F. (2007). “Empreendedorismo e Novas Tendências”, *Estudo EDIT VALUE Empresa Junior*, Volume 5, pp. 1-35.

Light, P. (2006). “Reshaping social entrepreneurship”. *Stanford Social Entrepreneurship*. pp. 46-51.

Liñán, F., Martín, D. & González, R. (2002). “Characteristics of nascent entrepreneurs in Germany”. 42nd ERSA Conference, Dortmund (Germany), pp. 27-31.

Lourenço, H. (2004). “A satisfação do utente face ao acolhimento”. Dissertação de mestrado em gestão e economia da saúde. Faculdade de Economia – Coimbra

Malhotra, N.K. (2004). “Pesquisa de Marketing – Uma orientação aplicada”. 3ª Edição, Bookman.

Malhotra, Naresh K. (2008). “Pesquisa em marketing: uma orientação aplicada”. Tradução de Marketing research: an applied orientation. 5 Edição. Porto Alegre: Bookman.

Marcén, M.R., Aranaz, M.D. & Velásquez, J. (1999). “La iniciativa now en aragón: autoempleo y nuevas tecnologías de la información”. Economía y Dirección de Empresas. Volume 28, pp. 108-122.

Marôco, J. (2011). “Análise Estatística com o SPSS Statistics”. 5ª Edição. Editor: ReportNumber

Mayer, E.L. (2010). “El Fomento de la Creación de Empresas desde la Universidad Mexicana. El Caso de la Universidad Autónoma en Tamaulipas”. Doctoral Thesis, Universitá Autónoma de Barcelona.

McClelland, D.C. (1961). “The achieving society”, Princeton, N. J., Van Nostrand. mctes.pt (6 de Março de 2019).

Minello, I., & Scherer, L. (2012). “Mudança de comportamento de empreendedores: uma análise dos tipos de empreendedor antes, durante e depois do insucesso empresarial”. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, Volume 6, nº 4, pp. 144 – 165

Morais, R. (2013). “Identificação dos Fatores Potenciadores dos Empreendedores Nascentes: Estudo de caso no Instituto Politécnico de Tomar”. Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Recursos de Saúde

Morais, Rodrigo José das Neves (Setembro, 2013). “Identificação dos Fatores Potenciadores dos Empreendedores Nascentes: Estudo de caso no Instituto Politécnico de Tomar”, Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos de Saúde (1ª Edição), Instituto Politécnico de Tomar;

Morris, M.H., Kuratko, D.F. & Schindehutte, M. (2001). “Towards Integration: Understanding Entrepreneurship through Frameworks”. The International Journal of Entrepreneurship and Innovation, Volume2, nº1, pp. 35-49.

Naia, A. (2009). “Importância da Formação Inicial no Empreendedorismo: Estudo do percurso empreendedor de licenciados da FMH”.

Oliveira, Hugo Correia da Cunha (Julho, 2014). “Empreendedorismo Nascente: Estudo de caso nas Escolas Profissionais dos Açores”, Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos de Saúde (2ª Edição), Instituto Politécnico de Tomar;

Pereira, A. (2004). “SPSS – Guia Prático de Utilização do SPSS – Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia”. 5ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Pessoa, E. (2005). Tipos de empreendedorismo: semelhanças e diferenças. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/tipos-de-empreendedorismo-semelhanças-e-diferenças/10993>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

Pestana, M. & Gageiro, J. (2005). “Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS”. 4ª Edição. Edições Sílabo Lda: Lisboa.

Pinto, I. C. (2013). Rumo À Universidade Empreendedora: O Potencial Empreendedor dos Alunos do ISEG. Lisboa: School of Economics & Management - ISEG.

Raposo, M., Paço, A. d., Alves, H., Ferreira, J., Leitão, J., Silva, M. J., et al. (2011). Manual de Apoio à Dinamização de Empresas de Base Tecnológica. Obtido em 20 de Novembro de 2017, de Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã SA:

http://www.parkurbis.pt/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=121&view=viewdownload&catid=6&cid=50

Reynolds, P.D. (1997). “Who start new firms? Preliminary explorations of firms in gestation”. *Small Business Economics*, Volume 9, nº 5, pp. 449-462.

Reynolds, P.D., & White, S.B. (1997). “The Entrepreneurial Process. Economic Growth, Men, Women and Minorities”. Quorum Books.

Ribeiro, J. (2010). “Autonomia Profissional dos Enfermeiros”. Dissertação de Candidatura ao grau de Mestre em Ciências de Enfermagem submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.

Ribeiro, R. (2013). “O Empreendedorismo no Ensino Profissional: Um estudo de caso sobre a promoção do Empreendedorismo no processo ensino-aprendizagem num Curso Profissional”. Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Roberts, E.B. (1991). “Entrepreneurs in high technology: lessons from MIT and beyond”. New York: Oxford University Press, 1991.

Robinson, P.B., Stimpson, D.V., Huefner, J.C., & Hunt, H.K. (1991). “An attitude approach to the prediction of entrepreneurship”. *Entrepreneurship Theory and Practice*, Volume 15, nº 4, pp. 13- 30.

Roncon, P.F. & Munhoz, S. (2009). “Estudantes de enfermagem têm perfil empreendedor?”. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Volume 62, nº 5, pp. 695-700.

Santos, Ana Isabel Roma Pais dos Santos (Novembro, 2018). “Empreendedorismo Nascente: estudo do caso da empresa SPAMEDIC (UCARDIO), Lda”, Projeto de Mestrado em Gestão de Recursos de Saúde (5ª Edição), Instituto Politécnico de Tomar.

Santos, L. A. (2014). *Empreendedorismo Feminino em Portugal*. São Mamede de Infesta: Instituto Politécnico do Porto.

Santos, S., Caetano, A., & Curral, L. (2010). “Atitude dos estudantes universitários face ao empreendedorismo: Como identificar o potencial empreendedor?”. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, volume 9, n.4, pp. 2-14.

Sarkar, S. (2007). “Empreendedorismo e Inovação”. Lisboa: Escolar Editora.

Schmidt, C., & Dreher, M. (2008). “Cultura empreendedora: empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor”. *Revista de Gestão*, Volume 15, nº 1, pp. 1-14.

Schmidt, S., & Bohnenberger, M.C. (2008). “A efetividade das ações para promover o empreendedorismo: o caso da Feevale”. *Revista Eletrónica de Administração*, Volume 14, nº1, pp. 1 - 26.

Schumpeter, J.A. (1934). “The Theory of Economic Development”. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Silva, A., Henriques, E., & Carvalho, A. (2009). “Creativity enhancement in a product development course through entrepreneurship learning and intellectual property awareness”. *European Journal of Engineering Education*, Volume 34, nº 1, pp. 63-75.

Simões, J. M. M., Silva, S. M. V., Castro, A. G. S. and Santos, B.M.A. (2017). “Conditioning factors of nascent entrepreneurs in higher education”, *Business and Management Research Journal*, Volume 7, Issue nº 5, (Junho), pp. 51-57, ISSN online: 2026–6804.

Skudiene, V., Auruskeviciene, V., & Pundziene, A. (2010). “Enhancing the Entrepreneurship Intentions of Undergraduate Business Students. Transformations in Business & Economics, Volume 7, nº 1, Supplement A, pp. 448-460.

Solomon, G., & Winslow, E. (1988), “Towards a Descriptive Profile of the Entrepreneur”, In *Journal of Creative Behaviour*. Volume 22, nº 3, pp.162-171.

Sousa, A. I. (2017). Plano de Negócios da Conversão de uma Habitação Antiga num Hostel: “The Other Side - Porto Hostel” . Porto: Politécnico do Porto.

Sousa, R. C. (2009). Capacitação de empreendedores: uma forma de evitar a mortalidade precoce das micro e pequenas empresas. Obtido em 25 de Novembro de 2017, de SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/195_Capacitacao_de_empreendedores.pdf.

Storey D. J. (1994). “Understanding the small business sector”. Routledge, Lo.

Szwarcwald, C & Damacena, G (2008). “Complex Sampling Design in Population Surveys: Planning and effects on statistical data analysis”. Revista Brasileira de Epidemiologia, volume 11, pp. 38-45.

Teixeira, A. (2008). “Entrepreneurial potential in engineering and business courses – why worry now?”. Journal of Engineering Education , 256, pp. 1-22.

Timmons, J., & Spinelli, S. (2006). “New Venture Creation: Entrepreneurship for the 21st Century”. Harvard Business School Press, Boston.

Torgal, R.C. (1999). “Caminhos e Contradições da Universidade Portuguesa: Centralismo, Autonomia e Neo-Liberalismo”. Comunicação apresentada na conferência: Da ideia de Universidade à Universidade de Lisboa, 30 de Novembro, Reitoria da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Trigo, V. (2003). “Entre o Estado e o Mercado, Empreendedorismo e Condição do Empresário na China” Ad Litteram, Lisboa.

Uriarte, L. R. (2000). Identificação do Perfil Intraempreendedor. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Ussman, A. (1998).”University and entrepreneurship development”, International Conference, Academy of Business & Administrative Sciences, Budapest, p. 12.

Veciana, J.M. (2006). “Creación de Empresas y Desarrollo Económico como campo de pesquisa”, In: 1ª Jornada Técnica Fundación CYD: Creación de empresas, desarrollo territorial y el papel de la Universidad, Colección Documentos CYD, nº 4, pp. 28-49.

Veciana, J.M. (2008). “La Investigación en el Campo de la Creación de Empresas y PYMES: evolución, tendencias y problemas”, Curso de Verano Internacional UEX 2008: Función Empresarial: Investigación y Aplicaciones, Universidad de Extremadura.

Vesper, K. H. (1980). “Perspectives on Entrepreneurship”. In: New Venture Strategies. Chapter 1, p. 1-26. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Vieira, M (2008). “Amostragem”. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Matemática.

Vieira, S & Hoffman, R (1986). “Elementos de Estatística”. 1.^a Edição. Editora Atlas, São Paulo.

Vyakarnam, S. (2005). “To inspire, inform and help implement. The role of entrepreneurship education”, Second AGSE International – Entrepreneurship Teaching Exchange, Melbourne, p. 20.

Wagner, J. (2004). “Nascent Entrepreneur”, Discussion Paper N° 1293 from IZA.

Yin, R. (2005). Estudo de Caso. Planeamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman.

Zen, A.C. & Fracasso, E.M. (2008). “Quem é o empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor”. Revista de Administração Mackenzie, Volume 9, nº8, pp. 678-697.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Exmo. (a) Senhor (a),

Estou a realizar um estudo sobre a relevância dos Institutos Politécnicos da Região para o desenvolvimento do potencial empreendedor dos indivíduos. Com este estudo pretendo compreender de que forma impulsiona a criação de empresas, motivo pelo qual o seu contributo é muito importante.

Este questionário destina-se a fins científicos e é confidencial. O sucesso deste estudo depende do seu empenho e colaboração no preenchimento do questionário, tarefa que lhe ocupará sensivelmente 15 minutos. Ficar-lhe-ei imensamente grato se me preencher este questionário. Qualquer questão, por favor não hesite em contactar-me:

Ana Pacheco

Email: ana.ipacheco@hotmail.com

1. Género

Masculino.... Feminino....

2. Indique, por favor, o seu ano de nascimento: _____

3. Alguns familiares próximos têm um negócio/empresa próprio(a)? Se não tiver não responda.

Sim..... Quem? _____

Não.....

4. Indique o grau de formação académica que possui e respetiva área de formação.

Estudos primários/secundários... Estudos Técnico/Profissional..... Qual? _____

Licenciatura Área de Formação: _____

Mestrado Área de Formação: _____

Doutoramento..... Área de Formação: _____

Outro, Qual? _____ Área de Formação: _____

5. Indique o curso que frequenta atualmente ou qual o último curso que frequentou:

6. A que Curso pertence/pertenceu?

7. Indique qual a sua experiência anterior relativamente aos seguintes aspetos:

7.1 Tem experiência anterior na criação de uma nova empresa?

Sim... Não...

7.2 Tem experiência anterior no setor de atividade da iniciativa empresarial?

Sim... Não...

7.3 Desempenhou anteriormente funções de direção ou administração?

Sim...Não...

8. Já tentou iniciar um novo negócio e manifestou intenção de ser proprietário de parte ou totalidade do mesmo, sendo que esta iniciativa não proporcionou remuneração de qualquer espécie para qualquer pessoa da equipa de promotores por mais de três meses.

Sim... Não...

Se sim a quanto tempo?

Nos últimos 12 meses

De 12 a 24 meses

Maisde24meses

9. Setor de atividade onde se insere a iniciativa empresarial

Energia..... Indústria..... Serviços...

Turismo... Comércio..... Transportes...

Outro..... Qual? _____

10. Na sua opinião, qual a melhor forma para a sua escola fomentar atividades empreendedoras? Por favor, assinala com uma cruz o seu grau de concordância para cada uma das seguintes formas.

	Concordo Totalmente	Concordo	Não Conc. Nem Disc.	Discordo	Discordo Totalmente
Conferências e seminários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Publicação de artigos de divulgação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Publicação de material pedagógico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disciplinas integradas nos planos de licenciatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cursos de empreendedorismo (Propostas de ideias de negócios, elaboração de planos de negócio, entre outros)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Concursos (ideias de negócios, planos de negócio, entre outros)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Parcerias com entidades do mundo empresarial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mestrados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Qual das seguintes modalidades de formação lhe parece mais atrativa para o futuro da sua escola, visando o desenvolvimento da ideia, o plano de negócio e a decisão final? Assinale apenas uma.

- Cursos de mestrado
- Cursos de curta duração (60 horas)
- Cursos de Pós-graduação e Cursos de Especialização

12. Qual das seguintes modalidades de formação lhe parece mais atrativa para o futuro da sua escola, visando apoiar a criação de empresas? Selecione por ordem (1, 2, 3, sendo 1 a mais atrativa e 3 a menos atrativa)

- Cursos de muito curta duração (até 24 horas) visando a elaboração de conceito de negócio e propostas de ideias de negócio.....
- Cursos de curta duração (entre 25 e 75 horas) visando a elaboração de planos de negócio.....
- Cursos de média duração (superior a 75 horas) visando a elaboração de planos de negócio e formulação de candidaturas a sistemas de incentivos e apoios à criação de empresas.....

13. Qual dos seguintes locais de formação escolheria para realizar a formação específica, visando apoiar a criação de empresas? Assinale apenas uma.

- Na zona da sua escola.....
- Na zona da sua residência.....
- Noutro local, Qual? _____

14. Estaria disposto a pagar uma formação específica, ou se deveria ser dada gratuitamente na formação escolar?

- | | Sim | Não |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Pagaria uma formação específica | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Gratuitamente na formação escolar | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

15. Vêm interesse neste tipo de formação antes do ensino superior? E em que altura? Assinale apenas uma.

- Ensino Básico...
- Ensino Secundário (5º ao 9º ano).....
- Ensino Secundário (10º ao 12º ano).....

Termina aqui o seu questionário. Muito obrigado pela sua colaboração. Caso esteja interessado em receber informação sobre os resultados deste estudo, indique-me o seu nome e correio eletrónico. Oportunamente, enviaremos essa informação.

Nome: _____

Correio eletrónico: _____